



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastião Zanusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13.04.98**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceda a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceda a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Curitiba, 08 de abril de 1998.
Senhor Presidente.

Venho pelo presente comunicar a esta Mesa Executiva que o Partido dos Trabalhadores, no último dia 01/04, escolheu o Deputado Irineu Colombo como novo Líder da Bancada.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(aa) PÉRICLES MELLO

DR. ROSINHA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 100/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Olympio de Sá Sotto Maior Neto, nasceu em Curitiba, aos 17 de dezembro de 1952, sendo filho de Lélío Guimarães Sotto Maior e de Olinda Ruppel Sotto Maior, casado com Galatéia Fridlund Sotto Maior, possui dois filhos: Olympio de Sá Sotto Maior e Flávia de Sá Sotto Maior.

Cursou o primário do Grupo Escolar Professor Brandão (1960 a 1963); o ginásio (1964 a 1967) e o científico (1968 a 1970) no Colégio Estadual do Paraná. Cursou a Faculdade de Direito na Universidade Federal do Paraná (1971 a 1975), tendo colado grau de Bacharel em Direito no mês de março de 1976. É mestrado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Por concurso público, ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em março de 1977. Foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Castro, Jaguariaíva, Ribeirão Claro, Congonhinhas, Palmeira, Paranavai, Ponta Grossa e Araucária. Em Curitiba, atuou na Vara da Infância e Juventude durante mais de 3 anos. Atuou, também, junto à Promotoria Especial de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais. Coordenou os Centros de Apoio Operaci-

onal das Promotorias da Criança e do Adolescente e de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência.

Lecionou Direito Penal na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Faculdade de Direito de Curitiba, assim como Direito da Criança e do Adolescente em curso preparatório para o ingresso nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura. Leciona Direito da Criança e do Adolescente na Escola Superior do Ministério Público.

Foi Presidente da Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular. Presidiu também a Associação de Juizes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Paraná. Integrou o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. É membro da diretoria da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. É integrante do Comitê Brasileiro de Juristas Pró-Convenção Internacional dos Direitos da Criança, bem como da Secção Brasileira do D.C.I. (Defesa das Crianças - Internacional), além de prestar assessoria ao Fórum Nacional das Entidades de Defesa das Crianças e Adolescentes. Participou da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo inclusive, no momento da apreciação de tal diploma legal, prestado depoimento na Câmara dos Deputados sobre a matéria da infância e juventude.

Integrou a diretoria da Associação Paranaense do Ministério Público, assim como a Assessoria Jurídica aos Movimentos Populares do Centro de Formação Irmã Araújo.

Tem realizado conferências e proferido palestras sobre o Ministério Público e o Estatuto da Criança e do Adolescente em vários municípios do Estado do Paraná, assim como em outros Estados da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Amapá, Rondônia, Maranhão, entre outros) e também no exterior.

Recebeu, a nível internacional, comenda da Organização Humanitária Esperança Sem Fronteira, sediada na Bélgica e ligada à ONU. A nível nacional, destaca-se o Prêmio Heleno Fragozo pelos Direitos Humanos. No Estado do Paraná, recebeu o título de Cidadão Honorário de Ribeirão Claro.

Promovido a Procurador de Justiça em 1993, foi eleito pela classe para o Conselho Superior do Ministério Público. Já no ano seguinte, também através de processo de escolha com participação de todos os integrantes do Ministério Público, foi eleito para o posto máximo da Instituição, tendo assumido o cargo de Procurador geral de Justiça do Estado do Paraná em 04 de abril de 1994. Durante o seu mandato, instituiu os Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Estado, implantando também o programa das Promotorias de Justiça das Comunidades, com início em Curitiba. Informatizou por completo o Ministério Público do Paraná. Iniciou processo de interiorização administrativa, instalando a Procuradoria Geral de Justiça em regiões diversas da sua sede na Capital, a começar pelo Norte Pioneiro.

A convite do Governo Norte-Americano, participou na Capital dos Estados Unidos de curso destinado ao treinamento de combate à criminalidade organizada, levando ao conclave a experiência brasileira.

Reeleito, em fevereiro de 1996 e como candidato único, ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, assumindo em 12 de abril de 1996.

Durante sua gestão no Ministério Público do Paraná despontou no Cenário Nacional como um dos melhores do Brasil.

Sempre procurou valorizar o lado social da função de Promotor em abandono à idéia do Promotor trancado em seu gabinete longe dos problemas.

Dedicou-se sempre à área da infância e juventude.

Estimulou o Ministério Público como verdadeiro defensor da sociedade, procurando adaptá-lo ao novo perfil constitucional.

Como se vê, uma intensa e profícua vida profissional e pública, com uma importante contribuição para o nosso Estado. Possui todos os atributos e merece o reconhecimento por esta contribuição.

Nossa proposição, concedendo o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, concretiza este justo reconhecimento que, temos absoluta certeza, estimulará o nosso homenageado a prosseguir com maior entusiasmo na

trilha em prol do nosso Estado e de sua gente.

Confiemos poder contar com o apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis para nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 101/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04/02/98, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar os imóveis urbanos que fazem parte do loteamento Curitiba, na Cidade de Cascavel, após detalhado exame de cada caso, a transferir o domínio útil dos mesmos aos detentores de direitos possessórios regular e legitimamente exercidos ou adquiridos de quem possuía o domínio ao tempo da alienação ou da promessa".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa alterar o artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04/02/98, com a finalidade de apenas corrigir a redação anteriormente apresentada.

Isto posto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 102/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina a Usina Três Bocas, localizada naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Usina Hidroelétrica Três Bocas encontra-se atualmente desativada. Contudo, trata-se de bem de inestimável valor histórico para a comunidade londrinense, por ter sido uma das primeiras construções dos pioneiros da-

quela progressista região do nosso Estado.

Intenta-se, através da presente medida, conservar este importante pedaço da história do Município de Londrina. Com a preservação da edificação, a Usina poderá ser utilizada como museu, fazendo com que gerações visualizem, no passado, um mundo melhor no futuro.

PROJETO DE LEI Nº 103/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, e os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à comunidade, cuja finalidade é promover os valores humanos, sem fins lucrativos.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 104/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuítas o imóvel denominado Área P-6-B, da subdivisão da área P-6, do Loteamento da Cidade e Município de Jesuítas, cadastrado no Registro Geral sob o nº 8583, com área de 852,12 m2, bem como, a edificação de alvenaria existente no terreno.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o artigo 1º será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas para acomodar as instalações e funcionamento do Departamento Municipal de Educação, Departamento do Trabalho e Relações do Emprego e Promoção Social, além de outros serviços municipais, sob pena da doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele existam ou que por ventura venham ser edificadas ao Estado do Paraná, ficando, ainda, gravada, com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Jesuítas, tem necessidade, para manter os bons serviços prestados à comunidade do município e região, desta doação que apresentamos através deste plano de lei.

No imóvel já funcionam vários órgãos municipais, como o Departamento Municipal de Educação, Departamento de Trabalho e Relações do Emprego e Promoção Social, com a situação do imóvel regularizada, poderá a Prefeitura Municipal de Jesuítas fazer novas edificações e melhor ocupá-lo com outros órgãos que necessitam de espaço físico para desenvolverem suas atividades em prol da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 105/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar a Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, o imóvel situado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 172, na sede do Município de Bocaiúva do Sul, registrado às folhas 49vº, do Livro nº 82, do Tabelionato de Notas da Comarca de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º desta lei será utilizado como sede da Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efei-

to, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs da Cruz vem prestando, há mais de 30 anos, maravilhosos serviços à comunidade de Bocaiúva do Sul e região.

A entidade está instalada, desde o ano de 1964, no imóvel situado na Rua Bocaiúva, 172, na sede do Município de Bocaiúva do Sul. A congregação tem sonhado em realizar benfeitorias no prédio, com o objetivo de melhor atender a população mais carente da região, mas para isso necessita a doação do referido imóvel.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 106/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Guaratuba.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Guaratuba.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionamento público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Guaratuba.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaratuba, através do seu acelerado desenvolvimento nas últimas décadas, já faz por mere-

cer a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito do município.

Sendo assim, verificando a necessidade da criação da CIRETRAN de Guaratuba, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 107/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Título I

Do Sistema Estadual de Ensino

Art. 1º - A educação no Estado do Paraná, baseado nos ideais de liberdade, solidariedade humana e de democracia, vinculada à prática social, ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho, será organizada e regida pelo Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º - O sistema de ensino do Estado do Paraná, com caráter unitário, autônomo e permanente, integra o Sistema Nacional de Ensino, observando a legislação federal pertinente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 2º - O sistema estadual de ensino disciplina a organização da educação escolar, que se desenvolve, obrigatoriamente, por meio do ensino cientificamente elaborado, em instituições próprias, no âmbito do Estado do Paraná.

§ 3º - Não integram o sistema estadual os estabelecimentos da Rede Federal, as faculdades e universidades criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Título II

Da organização, princípios
e finalidades

Art. 2º - A organização do Sistema Estadual de Ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual e as Redes Municipais, públicas e privadas, em todos os seus níveis e modalidades, bem como os órgãos normativos e de administração do ensino;

II - as instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III - o Fórum Estadual de Educação;

IV - os órgãos e serviços educacionais públicos de caráter normativo,

administrativo e de apoio técnico à educação, no âmbito do Estado;

V - o Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Ensino orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização da Educação Básica com padrão de qualidade, em todas as modalidades;

II - gestão democrática da política educacional;

III - fortalecimento das unidades escolares, descentralizando as decisões e execuções;

IV - colaboração entre as esferas estadual e municipal do Poder Público, com caráter supletivo e redistributivo dos recursos;

V - valorização dos profissionais de educação com garantia de condições adequadas de trabalho, regime jurídico único e de constante aperfeiçoamento profissional;

VI - participação dos organismos da sociedade civil, dos agentes da educação e dos discentes, na elaboração de propostas pedagógicas e das políticas educacionais;

VII - integração entre os diferentes níveis de ensino, às políticas e planos educacionais da União;

VIII - gratuidade absoluta do ensino nos estabelecimentos públicos, com garantia e obrigatoriedade de acesso e permanência ativa;

IX - atuação prioritária no Ensino Fundamental e Médio.

Art. 4º - O Sistema Estadual de Ensino tem por finalidade:

I - sistematizar, organizar e reger as instituições de ensino estaduais e os Sistemas Municipais de Ensino;

II - garantir a Educação Básica obrigatória e gratuita, sendo o acesso às instituições oficiais, direito público subjetivo;

III - regulamentar currículos e calendário escolar;

IV - oferecer a Educação Superior nas suas diversas modalidades em colaboração com o Sistema Nacional de Educação;

V - garantir formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior;

VI - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os

curios das instituições de educação superior mantido pelo governo estadual e demais estabelecimentos de ensino;

VII - normatizar o funcionamento das instituições privadas, com exceção das de ensino superior.

Art. 5º - As ações educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino serão realizadas mediante a articulação das redes estadual, municipais e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino, em colaboração com a rede pública federal, para garantir a universalização da Educação Básica e padrão de qualidade, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º - A divisão de responsabilidade em educação pública, entre o Estado e os municípios, será definida segundo disposto nesta lei, obrigando o Estado a suprir os municípios para garantir o acesso a escolaridade obrigatória e gratuita, definida como direito público subjetivo pela Constituição Federal.

Título III Das Instituições

Art. 6º - Nenhum estabelecimento de ensino do Sistema Estadual poderá ministrar aula enquanto não obtiver do Poder Público Estadual autorização para o seu funcionamento, nos termos desta lei e observadas as normas que forem fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 7º - As instituições de ensino classificam-se em:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoa jurídica de direito privado, enquadradas nas categorias particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Art. 8º - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições para funcionamento:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do sistema estadual de ensino;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público Estadual.

Art. 9º - Na autorização para o funcionamento de instituições priva-

das, ou de seus cursos, o Sistema Estadual de Ensino deverá exigir, além das diretrizes fixadas em lei e do cumprimento das normas específicas dos órgãos estaduais competentes, o atendimento aos seguintes requisitos:

I - proposta pedagógica e de organização institucional capazes de assegurar padrão de qualidade;

II - participação da comunidade docente na definição pedagógica;

III - piso salarial e possibilidade de aperfeiçoamento docente;

IV - viabilidade econômica;

V - liberdade de crença e de expressão, vedada qualquer discriminação;

VI - aperfeiçoamento profissional aos profissionais da educação e funcionários.

§ 1º - As instituições privadas, na categoria particular, não receberão auxílio financeiro, de qualquer natureza ou forma, do Poder Público Estadual.

Art. 10 - Além das condições estabelecidas no artigo anterior, a autorização para funcionamento de instituições de ensino privadas não lucrativas, nas categorias comunitárias, filantrópicas e confessionais, depende de comprovação das seguintes condições:

I - objetivos exclusivamente educacionais;

II - instituição mantenedora, quando houver, sem fins lucrativos e com objetivos idênticos e restritos aos da instituição de ensino por ela mantida;

III - constituição sob forma de associação, sociedade civil ou fundação de direito privado;

IV - contabilidade unificada da instituição e da mantenedora, com publicação anual de balanço contábil;

V - recursos suficientes para sua manutenção, que os repasses do Poder Público não ultrapassem a 15% do orçamento de custeio;

VI - dirigentes não-vitalícios, observados, para sua remuneração, parâmetros equivalentes aos das instituições públicas de igual porte;

VII - aplicação dos excedentes financeiros nos fins da instituição;

VIII - destinação de seu patrimônio a outra instituição de ensino comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Excluem-se do limite estabelecido no inciso V do artigo anterior:

a) as instituições especializadas no atendimento de portadores de deficiência;

b) as instituições que mantenham gratuidade plena para todos os alunos;

c) os recursos destinados a instituições de Educação Superior para aplicação específica e exclusiva em projetos de pesquisa e extensão, devidamente aprovadas pelos órgãos públicos competentes, observadas as normas e limites percentuais estabelecidos pelo órgão normativo correspondente.

§ 2º - No caso de instituição de ensino ou respectiva mantenedora organizada sob a forma de fundação, o recebimento de recursos públicos dependerá de demonstração de que a entidade instituidora não tem finalidade lucrativa.

Art. 11 - As instituições públicas de ensino e aquelas que recebem recursos públicos para a sua manutenção, observarão em sua organização e administração, as seguintes diretrizes:

I - constituição dos conselhos escolares, com representação da comunidade interna e externa à escola;

II - autonomia da comunidade escolar na gestão do ensino;

III - a participação da comunidade escolar no processo de escolha dos dirigentes.

Parágrafo Único - Em se tratando de instituição de ensino superior, serão observadas também disposições específicas.

Art. 12 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas, autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Parágrafo Único - A gestão financeira, das unidades de qualquer nível, incluirá competência para o ordenamento e a execução de gastos rotineiros de manutenção e custeio, excetuados os relativos a pessoal.

Art. 13 - A escolha de diretores para os estabelecimentos educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Educação, será em escrutínio direto e secreto, garantida a condução democrática do processo eleitoral e a nomea-

ção do mais votado pela Secretaria Estadual de Educação.

§ 1º - Poderão ser votados os Professores ou Especialistas de Educação, do quadro efetivo, permitida uma única reeleição consecutiva.

§ 2º - O Conselho Estadual de Educação, baixará norma regulamentando o processo eleitoral e o respectivo calendário.

Art. 14 - À direção dos estabelecimentos educacionais é assegurada autonomia administrativa, financeira e pedagógica, desde que seja observada a participação colegiada do Conselho Escolar e da Associação de Pais no planejamento educacional e na fiscalização dos atos administrativos, previstos nos Regimentos Escolares.

Art. 15 - O Conselho Escolar, formado por funcionários, professores, alunos e por membros da Associação de Pais, de caráter deliberativo, é o órgão definidor das políticas educacionais de cada estabelecimento de ensino, com funções de planejamento, avaliação e fiscalização administrativa, financeira e pedagógica, regulamentado no Regimento Escolar.

Parágrafo Único - No Conselho Escolar participarão os representantes dos alunos, através de entidade representativa e autônoma, de livre organização, nos termos da Lei Estadual nº 7398/85.

Art. 16 - A Associação de Pais, constituída juridicamente, tem por finalidade representar as aspirações da comunidade, auxiliar nos objetivos educacionais e promover a integração dos pais junto à escola.

Art. 17 - Cada estabelecimento terá o Regimento Escolar, elaborado pela direção e pela Associação de Pais, aprovado em assembleia escolar, que disciplinará o funcionamento da escola, observando o disposto nos artigos anteriores e a legislação vigente.

Título IV

Do Fórum Estadual de Educação

Art. 18 - O Sistema Estadual de Ensino tem como órgão definidor das políticas educacionais, para a formulação do Plano Estadual de Educação e

dos critérios pedagógicos, o Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo Único - O Fórum terá como competência o controle dos dispositivos legais relativos à educação, incluindo o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros destinados ao ensino.

Art. 19 - O Fórum Estadual de Educação, órgão autônomo e de representação das entidades interessadas em educação, organizada no âmbito da sociedade civil, reunir-se-á no mínimo uma vez por ano, ou por ocasião da elaboração do Plano Estadual de Educação ou extraordinariamente quando necessário.

Art. 20 - O Fórum Estadual de Educação será formado por delegados eleitos nas Conferências em cada município no âmbito da Rede Estadual de Educação e indicados pelos Conselhos Municipais de Educação, em proporção a ser definida pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - As Conferências de cada município debaterão as questões relativas à educação, proporão teses, propostas pedagógicas e alternativas educacionais, farão a avaliação do sistema de ensino e a eleição dos delegados ao Fórum Estadual.

§ 2º - As Conferências nos Municípios serão convocadas pelo Conselho Estadual de Educação, que normatizará seu funcionamento, sendo que delas participarão professores, entidades educacionais, Conselhos Escolares, sindicatos, pais, alunos e funcionários integrantes da Rede Estadual de Educação, sob a coordenação de uma mesa diretiva a ser eleita no início do evento.

Art. 21 - Cabe ao Fórum Estadual de Educação elaborar seu Regimento Interno, observadas as disposições legais aplicadas.

Art. 22 - A presidência, a vice-presidência e a secretaria do Fórum Estadual de Educação serão eleitas diretamente pelo conjunto de seus membros para cumprir mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A mesa diretiva do Fórum, em articulação com o Conselho Estadual de Educação, atuará no sentido de garantir o disposto no artigo 14 e seus parágrafos.

Título V

Do Conselho Estadual de Educação

Art. 23 - O Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do sistema, deliberativo e regulador das políticas educacionais do Estado e de coordenação do Sistema Estadual de Educação, será organizado de forma a que sejam assegurados plena autonomia de funcionamento e representatividade na sua composição, nos termos do artigo 228 da Constituição Estadual.

Art. 24 - Compete ao Conselho Estadual de Educação:

a) autorizar funcionamento e supervisionar as instituições de ensino e de seus cursos, nas redes públicas e privadas;

b) definição de diretrizes complementares para o perfeito funcionamento das unidades escolares e do Sistema Estadual de Educação;

c) assegurar o funcionamento do Fórum Estadual de Educação, bem como a aplicação de suas propostas e deliberações;

d) orientar o funcionamento dos sistemas estadual e municipais de educação, a luz da interpretação legal e da boa prática pedagógica;

e) propor suspensão de ato administrativo da Secretaria de Educação ou do Poder Executivo, por meio de Decreto Legislativo a ser apreciado pela Assembleia Legislativa do Paraná;

f) declarar a perda do mandato do conselheiro, nos termos desta lei e do que dispuser o seu Regimento Interno;

g) sugerir medidas, promover e divulgar estudos sobre o sistema estadual de ensino;

h) disciplinar as modalidades educacionais, como Educação à Distância, Indígena, de Jovens e Adultos, Rural e Especial;

i) emitir pareceres e resoluções sobre assuntos e questões de natureza pedagógicas e legais, por provocação das autoridades estaduais, das direções escolares e das entidades sindicais;

j) manter intercâmbio com o Conselho Nacional de Educação;

k) elaborar normas especiais, complementares ao disposto nesta lei, de acordo com as definições do Fórum Estadual de Educação e demais leis;

l) autorizar o funcionamento e a organização de escolas experimentais;

m) instituir normas para cassação de funcionamento de escolas e outras instituições que estejam em desacordo com a legislação;

n) credenciar escolas ou institutos para a realização de exame de suficiência;

o) propor modificações da legislação, bem como adoção de leis especiais ao Poder Legislativo a respeito do Sistema;

p) estabelecer diretrizes curriculares para os estabelecimentos escolares no âmbito da Educação Básica;

q) emitir normas para a avaliação do ensino e dos estabelecimentos escolares, a fim de garantir padrões mínimos de qualidade e propor ações para sua melhoria;

r) normatizar sobre as estratégias curriculares para a Educação Infantil;

s) definir o currículo para o ensino religioso após ouvida a comunidade religiosa;

t) outras atribuições definidas nesta lei ou legislação federal.

Art. 25 - O Conselho Estadual de Educação será integrado por 18 membros titulares e igual número de suplentes, escolhidos entre educadores de reconhecida qualificação, com destacada atuação nos diferentes níveis e modalidades do ensino paranaense e representantes das entidades organizadas da sociedade civil, com a seguinte composição:

a) cinco educadores indicados pelo Poder Executivo;

b) cinco educadores indicados pelas instituições educacionais;

c) cinco educadores indicados pelas entidades sindicais ligadas à educação, sendo a indicação proporcional ao número de sindicalizados;

d) um educador indicado pela Assembleia Legislativa do Paraná;

e) dois educadores indicados pelo Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo Único - Assegurar-se-á na composição final do Conselho Estadual de Educação a presença majoritária de integrantes vinculados à educação pública.

Art. 26 - Todos os membros do Conselho Estadual de Educação serão nomeados pelo Governador do Estado para mandato de quatro anos, admitida

uma única recondução, cessando a cada dois anos o mandato da metade dos Conselheiros.

§ 1º - Em caso de vaga deixada pelo suplente, a nomeação será pelo governador, observando as indicações das respectivas entidades, conforme artigo 25, a fim de completar o prazo de mandato do substituído.

§ 2º - A extinção do mandato de conselheiro será nos casos de:

a) morte ou renúncia;

b) ausência injustificada por mais de quatro reuniões consecutivas ou seis alternadas;

c) doença que exija licenciamento superior a dois anos;

d) procedimento incompatível com a função;

e) outras determinações do Regimento Interno, neste sentido.

Art. 27 - O Conselho Estadual de Educação, unidade orçamentária do Poder Executivo, gozará de autonomia administrativa, cabendo-lhe elaborar seu Regimento Interno, observadas as disposições legais aplicadas.

§ 1º - O Conselho Estadual de Educação se organizará internamente em Câmaras temáticas, cujo número, denominação, atribuições e combinação serão previstos no seu Regimento Interno.

§ 2º - A Presidência e vice-presidência do Conselho será eleita diretamente pelo conjunto de seus membros para cumprir mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - As deliberações, atos e resoluções dos Conselhos terão validade após publicação no Diário Oficial.

Título VI

Dos Sistemas Municipais de Educação

Art. 28 - Os municípios poderão organizar suas redes de ensino, desde que autorizados pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino, obedecidos os requisitos e normas gerais, considerados dentre outros fatores, as condições de trabalho do corpo docente e suas qualificações e as taxas de escolarização do ensino fundamental.

Parágrafo Único - Os sistemas municipais reorganizarão seus parques escolares, com a progressiva extinção das escolas multi-seriadas ou unidocentes isoladas, para fins de economia de recurso e melhor qualidade do ensi-

no, podendo proceder a nuclearização escolar.

Art. 29 - Os sistemas de ensino dos municípios, quando constituídos, orientar-se-ão segundo as normas de planejamento, administração democrática e a forma colegiada e representativa, através dos Conselhos Municipais de Educação.

§ 1º - Os Conselhos Municipais de Educação, órgão definidor das políticas educacionais de cada município, integrará o Sistema Municipal de Ensino, sendo sua composição e atribuições, definida em lei municipal.

§ 2º - Os Conselheiros Municipais serão eleitos, para mandatos de dois anos, por ocasião da Conferência Municipal de Educação, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, garantida a participação dos Conselhos Escolares.

§ 3º - Os conselheiros municipais participarão do Fórum Estadual de Educação, conforme disposto no artigo 14 desta lei.

§ 4º - O Poder Público Municipal colocará a disposição da fiscalização dos conselheiros os registros e demonstrativos mensais da aplicação financeira dos fundos e demais recursos do ensino fundamental.

Art. 30 - Além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais leis, compete aos sistemas de ensino dos municípios:

a) sistematizar, organizar e reger as instituições de ensino municipais;

b) autorizar e supervisionar as instituições de educação infantil, públicas ou privadas;

c) apoiar o ensino não-formal, no âmbito da sociedade civil, especialmente os de alfabetização;

d) garantir o Ensino Fundamental e a Educação Infantil pública e gratuita, em suas diversas modalidades;

e) orientar currículos e calendário escolar;

f) garantir formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior;

g) assegurar e oferecer a Educação Especial;

h) realizar as Conferências Municipais de Educação e garantir a criação dos Conselhos Escolares;

i) estimular o surgimento das Associações de Pais;

j) normatizar sobre o ensino rural fundamental;

k) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado;

l) exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

m) matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

n) promover cursos presenciais ou a distância, a jovens e adultos, insuficientemente escolarizados;

o) realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício;

p) integrar-se ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar;

q) estabelecer estratégias para, até o fim da Década da Educação, admitir em seus quadros apenas docentes habilitados em nível superior;

r) estabelecer mecanismo para adoção progressiva de regime de tempo integral para o ensino fundamental;

s) estabelecer mecanismos para autorizar o funcionamento e para avaliar a qualidade do processo educativo nas escolas privadas.

Art. 31 - Para a autorização de funcionamento das instituições de educação infantil, os sistemas municipais de ensino, observarão:

I - justificativa para implantação da instituição;

II - fundamentação do currículo, princípios e concepções pedagógicas, com as respectivas propostas de organização didática;

III - relatar a concepção de criança e de seu desenvolvimento no contexto escolar adotada pela instituição;

IV - demonstrar a dinâmica curricular com a organização de conteúdos e atividades para o desenvolvimento físico, intelectual, social e cultural da criança;

V - relatar a ação pedagógica adotada pela instituição, bem como a forma de registro das avaliações.

Título VII
Da Educação Básica

Capítulo I
Da Educação Infantil

Art. 32 - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, dever do Estado e da família, deve garantir:

I - condições para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, possibilitando o processo de construção de conhecimento pela criança;

II - a ampliação do contato direto da criança com o mundo natural e com o mundo social;

III - ambiente equipado e organizado, com materiais adequados à faixa etária deste nível de ensino, que proporcionem condições para a exploração ativa da criança;

IV - efetivação de propostas educacionais que considerem o caráter lúdico como base do processo e aprendizagem da criança desta faixa etária.

Art. 33 - A educação infantil será oferecida em creches, para crianças de zero a três anos, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos, e constitui direito da criança e de seus pais, e dever do Estado e família, na forma dos artigos 7º, XXV, 30, VI e 227 da Constituição.

§ 1º - As creches e pré-escolas, integradas ou isoladamente, públicas ou privadas, constituem instituições de educação infantil e, como tal, incluem-se no Sistema de Ensino dos municípios e, quando inexistentes estes, no Sistema Estadual, a ele cabe a autorização e supervisão do seu funcionamento, inclusive quando mantidas pelas empresas para os filhos de seus empregados.

§ 2º - As instituições referidas neste artigo cumprirão precipuamente funções de educação, assegurando ao mesmo tempo, saúde e assistência, em complementação à ação da família, e quando mantidas pelo Poder Público, contarão com recursos do sistema de saúde e assistência social, além daqueles específicos para a educação.

§ 3º - As instituições de Educação Infantil deverão atender as crianças portadoras de necessidades especiais.

§ 4º - As instituições que abrigam crianças sem família deverão garantir a frequência destas em estabelecimentos de educação infantil, ou

oferecer o mesmo tipo de atendimento educacional exigido.

§ 5º - São condições mínimas de funcionamento das instituições:

I - as turmas terão alunos na razão máxima, observando:

a) até um ano, um educador para seis crianças;

b) de um a dois anos, um educador para cada oito crianças;

c) de dois a três anos, um educador para cada dez crianças;

d) de três a quatro anos, um educador para cada quinze crianças;

e) de quatro a seis anos, um educador para cada vinte crianças.

II - O espaço físico necessário para o atendimento infantil deverá ser em média de dois metros quadrados de área construída e de quatro metros quadrados de área livre ou coberta para recreação, por criança.

III - O espaço físico deverá oferecer condições mínimas de salubridade, garantindo ventilação, iluminação, saneamento e segurança.

IV - Oferta obrigatória de atendimento ininterrupto durante o ano ou programa alternativos de caráter educacional para atendimento durante os períodos de recesso escolar, sendo a frequência facultativa.

Art. 34 - As creches e pré-escolas constituirão responsabilidade dos municípios e contarão, necessariamente, com a colaboração do Estado.

§ 1º - O Estado prestará assistência técnica e financeira aos municípios, no atendimento à educação infantil.

§ 2º - Os recursos públicos destinados à educação infantil serão aplicados prioritariamente no atendimento a áreas habitadas por população de baixa renda.

§ 3º - Em cada sistema de ensino deve haver um setor da Educação Infantil, com o objetivo de orientar, executar, fiscalizar políticas específicas para a educação infantil, bem como garantir a qualificação dos profissionais deste nível de ensino.

§ 4º - Garantir uma equipe multiprofissional no sistema para orientar as instituições de educação infantil no que se refere aos aspectos pedagógicos, psicológicos e nutricionais.

§ 5º - Os Conselhos Escolares e os Conselhos Municipais serão os órgãos definidores das políticas para

este nível educacional, inclusive para as definições curriculares e de funcionamento da Creche e da Pré-Escola.

§ 6º - Enquanto o município não possuir o atendimento à educação infantil no próprio sistema, a oferta será de responsabilidade do Estado.

Art. 35 - As empresas públicas, privadas e de economia mista, com no mínimo cem empregados, serão obrigadas a manter creches e pré-escolas para os filhos e dependentes dos seus empregados, por força do art. 7º, XXV, da Constituição Federal, ou contribuir para a sua manutenção através do Salário-Creche.

§ 1º - A manutenção destas instituições poderá ser direta ou através de convênios autorizados pelo órgão competente do Sistema de Ensino.

§ 2º - O Salário-Creche, independente do recolhimento do Salário-Educação, será obrigatoriamente revertido pelo poder público na manutenção, ampliação ou construção de creches e pré-escolas públicas, sendo que a lei disporá sobre o valor e a forma de seu recolhimento.

Art. 36 - O poder público estadual e municipal, através de cooperação e recursos específicos de financiamento, próprio ou oriundos de órgãos federais, desenvolverão programas suplementares que garantam o direito das famílias trabalhadoras no atendimento de crianças de zero a seis anos.

§ 1º - Os programas previstos no caput deste artigo terão como objetivos expansão e manutenção de creche e pré-escolas, bem como estratégias que possibilitem a progressiva extensão de sua oferta.

§ 2º - Estes programas poderão ser estendidos, mediante convênio, a entidades comunitárias ou assistenciais que mantenham instituições de educação infantil.

Art. 37 - Os conteúdos curriculares da Educação Infantil terão orientação estadual, estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação, cabendo a cada instituição a elaboração de sua proposta pedagógica.

§ 1º - As propostas curriculares serão articuladas com o ensino fundamental.

§ 2º - A avaliação, de característica diagnóstica, far-se-á mediante acompanhamento do desenvolvimento da

criança, sua forma de elaborar o conhecimento em processo contínuo, sem julgamento de aprovação, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

§ 3º - A avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor, permitindo:

I - a organização das ações junto às crianças;

II - a observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, com o acompanhamento do cotidiano escolar;

III - as anotações, registros e relatórios deverão retratar as aquisições feitas pela criança;

IV - os registros finais, elaborados ao término do ano letivo, com caráter descritivo, deverão conter parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno;

§ 4º - A avaliação não terá caráter de retenção, nem de seleção das crianças para a constituição de turmas pretensamente homogêneas.

Art. 38 - Os conteúdos curriculares não terão como objetivo central a leitura e a escrita de forma sistemática, mas aprimorando a linguagem oral e gestual e noções da linguagem escrita.

Parágrafo Único - O jogo e o brinquedo serão formas de aprendizagem mais importantes a serem utilizadas com as crianças, articulando os conhecimentos em relação ao mundo em que vive.

Capítulo II Do Ensino Fundamental

Art. 39 - O ensino fundamental, etapa da educação básica em duração mínima de oito anos, obrigatório a partir dos seis anos completos, no ato da matrícula, tem por objetivos específicos:

I - o domínio progressivo de leitura, da escrita e do cálculo, enquanto instrumentos para a compreensão e soluções dos problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos;

II - a compreensão das leis que regem a natureza e as relações sociais;

III - o desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente no meio social.

Art. 40 - É dever de Poder Público Estadual, com a colaboração dos municípios e da União, garantir a universalização do ensino fundamental com plena oferta de vagas em todas as séries do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino, inclusive para os que a ele não tenham acesso na idade própria, com os seguintes mecanismos:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental;

II - fazer-lhe a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais e responsáveis, ou o Conselho Tutelar, pela frequência à escola.

Art. 41 - A oferta do ensino fundamental deverá assegurar padrão de qualidade, entendido como condição para apropriação ativa e crítica dos conteúdos essenciais do desenvolvimento dos educandos, definindo com variedade e quantidade indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem:

a) recursos humanos com qualificação e valorização profissional;

b) material didático escolar gratuito e de qualidade;

c) transporte de regiões rurais de difícil acesso e periferias da região urbana para professores e alunos.

Art. 42 - Os critérios de avaliação do padrão de qualidade, que trata o artigo anterior, serão definidos pelo Conselho Estadual de Ensino, respeitando as diretrizes nacionais e assegurando as seguintes condições:

I - garantia de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída em um mínimo de duzentos dias de trabalho escolar efetivo, sendo a jornada de pelo menos quatro horas, excluindo o tempo destinado para recreio e merenda;

II - garantia de relação adequada de número de alunos e de professores, respeitando na matrícula o limite máximo de vinte e cinco alunos nas classes de alfabetização, primeira e segunda séries, e trinta e cinco alunos para as demais séries;

III - estabelecimento de diretrizes curriculares para orientar a elaboração dos currículos pelas escolas que integrem o Sistema Estadual de Ensino;

IV - garantia de participação do professor na discussão e implementação

da proposta pedagógica, assegurando em calendário escolar, períodos para planejamento das atividades didáticas, aperfeiçoamento docente, acompanhamento pedagógico e hora-atividade;

V - adoção de medidas de enfrentamento da repetência e evasão, assegurando atendimento didático ao aluno, inclusive em horário alternativo, com todas as séries do ensino fundamental, assim como acompanhamento pedagógico aos professores envolvidos em tais práticas.

§ 1º - a garantia das condições acima estabelecidas, de responsabilidade do Poder Público, deverá ser assegurada a todas as escolas que integrem o sistema estadual de ensino diurno e noturno.

§ 2º - a avaliação destas condições será feita periodicamente em todos os estabelecimentos de ensino que integram o sistema, pela Secretaria de Estado da Educação, sob a coordenação do Conselho Estadual, com a participação do Fórum Estadual, com vistas à reorientação das políticas educacionais.

Art. 43 - É dever do Poder Público assegurar a oferta regular de ensino noturno fundamental, com o mesmo padrão de qualidade do diurno.

Art. 44 - Na oferta de ensino fundamental para as comunidades rurais, as condições climáticas deverão ser consideradas para efeito de elaboração do calendário escolar, sem prejuízo da carga horária mínima estabelecida, assegurando o mesmo padrão de qualidade.

Art. 45 - O ensino fundamental será organizado em séries anuais, podendo haver o processo de aceleração para aqueles com consecutivas repetências ou idade fora da série regular, observando:

I - não avançar mais que duas séries pela aceleração;

II - material didático próprio, proposta pedagógica apropriada e professores exclusivos e especializados.

Art. 46 - Os currículos do ensino fundamental abrangerão obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural, da realidade social e conhecimentos do meio ambiente, éti-

ca, sexualidade, saúde e da pluralidade cultural.

§ 1º - Os conteúdos relativos aos conhecimentos especificados no caput deverão respeitar a base nacional comum, a ser complementada, por normas do Sistema Nacional de Ensino, com uma parte diversificada.

§ 2º - Na parte diversificada do currículo, será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna.

§ 3º - O tratamento dos conteúdos curriculares levará em conta, como ponto de partida, tanto a aprendizagem anterior do aluno quanto a prática social em que está inserido.

§ 4º - Caberá a cada instituição de ensino elaborar o seu currículo pleno, observando o disposto nesta lei e as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação.

§ 5º - A partir de quinta série do ensino fundamental as aulas contarão com professores com formação específica em cada área do conhecimento.

§ 6º - É obrigatório o ensino do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional e do Hino do Paraná nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental, nos termos da Lei Federal nº 5.700/71.

Art. 47 - A avaliação da aprendizagem, de caráter diagnóstico, deverá observar os seguintes critérios:

I - prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os resultados finais;

II - Recuperação paralela ao longo do período letivo, em horário alternativo;

III - aproveitamento parcial de estudos concluídos com êxito;

IV - realização de Conselho de Classe, ao longo do ano letivo, previstos em calendário escolar, sem prejuízo de carga horária mínima anual.

Art. 48 - O ensino fundamental se organizará, ainda, de acordo com as seguintes regras:

I - a matrícula será feita, excetuada a primeira série, por promoção, transferência ou avaliação feita pela escola, que defina o grau de aprendizado do candidato, independentemente da escolarização anterior, observando critérios estabelecidos

pelos órgãos competentes do Sistema de Ensino;

II - poderão organizar-se classes ou turmas com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares em que tal solução se recomende;

III - o controle de frequência ficará a cargo de cada estabelecimento de ensino, conforme o disposto no seu Regimento Interno, exigida a frequência mínima de setenta e cinco de comparecimento à escola, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação;

IV - a progressão parcial do aluno, a ser regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação, será assegurada mediante frequência regular nas disciplinas em dependência da série anterior, em horário alternativo, exceto para as quatro primeiras séries.

Art. 49 - Às crianças em idade escolar sem família ou que a tenha, mas em situação de miséria, o Estado e o município implementarão programas que viabilizem o acesso regular e sua permanência na escola, de forma ativa.

§ 1º - Os programas incluirão cesta básica de alimentos às famílias ou às instituições que mantenham crianças em situação de abandono, bem como estímulos financeiros a ser resgatado na Caderneta de Poupança, ao término de determinada escolaridade, a ser definido em lei.

§ 2º - Os referidos programas terão o acompanhamento e avaliação do Conselho Tutelar dos municípios.

Art. 50 - O Poder Público oferecerá a Educação de Rua, para atender às crianças em idade escolar em situação de abandono, com abordagem sem o caráter repressivo, para a alfabetização, orientação cidadã e para o encaminhamento ao ensino regular.

Parágrafo Único - Para atender o disposto neste artigo, o Governo Estadual e os Municípios formarão Educadores de Rua para a abordagem sistemática a estas crianças, observando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, em articulação com os Conselhos Tutelares.

Art. 51 - A implantação do ensino de período integral deverá ocorrer somente após a universalização do en-

sino fundamental com a garantia de padrão mínimo de qualidade, e simultaneamente em todas as unidades escolares, através da ampliação gradativa da jornada escolar, observando o disposto no Plano Nacional de Educação.

Capítulo III Do Ensino Médio

Art. 52 - O ensino médio constituiu-se na etapa final da educação básica e, portanto, deve garantir o acesso à formação para o exercício da cidadania, da profissão e o prosseguimento em estudos posteriores.

Art. 53 - A educação básica no ensino médio deve associar as bases de uma educação tecnológica e politécnica à educação mais geral, possibilitando ao aluno a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

Art. 54 - O princípio da politécnica deve reger o currículo do ensino médio que compreenderá:

a) a qualificação intelectual geral, em articulação com o trabalho socialmente produtivo;

b) o estudo da língua portuguesa como instrumento de interação, comunicação e acesso ao conhecimento;

c) o estudo da matemática e das ciências físicas e naturais, em relação ao mundo da produção;

d) o conhecimento da realidade social e política através do estudo das ciências humanas e das artes;

e) o estudo de uma língua estrangeira moderna obrigatória e de uma optativa, sendo que a língua estrangeira obrigatória no estado será unificada;

f) as disciplinas de Educação Física, Filosofia e Sociologia como obrigatórias;

g) as disciplinas de conhecimento dos processos tecnológicos nas diversas áreas, com ênfase na qualificação em que a escola e a comunidade escolher, a título de Auxiliar Técnico.

Art. 55 - Considerando a peculiaridade da clientela do ensino médio, as metodologias do ensino e avaliação adotadas neste nível de ensino devem favorecer o desenvolvimento da inicia-

tiva e da autonomia intelectual e moral do estudante.

Parágrafo Único - A progressão parcial do aluno, a ser regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação, será assegurada, mediante frequência regular nas disciplinas em dependência da série anterior, em horário alternativo.

Art. 56 - A formação técnico-profissional não substitui a educação regular e quando for oferecida nas instituições do sistema de ensino regular, não poderá acarretar prejuízo na oferta do ensino médio e fundamental.

Art. 57 - Será garantido junto ao Ensino Médio paranaense:

a) democratização do acesso ao ensino médio público e gratuito pelo aumento de oferta de matrículas nos atuais turnos de ensino, mantendo o padrão de qualidade, de maneira a estender a sua obrigatoriedade através de uma política de expansão definida;

b) oferta do ensino gratuito em todos os municípios do Estado, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, vedada a cobrança, a qualquer título, de taxas escolares e outras contribuições dos alunos;

c) existência de quadro docente habilitado na área específica de atuação e com formação pedagógica, de pessoal técnico pedagógico e administrativo compatível com as necessidades do ensino médio, valorizando por condições de trabalho, de qualificação e salários condizentes;

d) condições materiais, bibliotecas e laboratórios que viabilizem as propostas pedagógicas e as pesquisas com caráter científico;

e) condições para a participação do corpo discente nos Conselhos e no processo decisório em geral, garantindo a eleição de representantes estudantis por seus pares e a existência de grêmios nos estabelecimentos de ensino médio;

f) estabelecimento de número de no máximo quarenta e cinco alunos por turma, compatível com um trabalho pedagógico de qualidade;

g) aos alunos trabalhadores que estudam no período noturno, é garantido condições efetivas de funcionamento das escolas neste turno, com padrão de qualidade idêntico ao ensino diurno.

Art. 58 - Nos municípios com mais de dez mil habitantes, haverá o curso de formação de professores de nível médio, o Normal, observando:

I - currículo que inclua as didáticas por área de conhecimento, a pedagogia, as excepcionalidades, e os conteúdos da Educação Infantil e das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental;

II - prática docente de no mínimo trezentas horas.

Capítulo IV

Da Educação Profissional

Art. 59 - A Educação Profissional no Sistema Estadual de Ensino levará em conta o disposto no Decreto Federal nº 2.208/97, e as disposições da presente lei.

Art. 60 - Em cada município do Estado haverá pelo menos um curso profissional Técnico de Nível Médio, público e gratuito, com infra-estrutura suficiente para pesquisas, estudos laboratoriais e para as práticas didáticas.

Art. 61 - Caberá ao Conselho Estadual de Educação, ouvidas as entidades representativas do setor educacional e do ensino médio, regulamentar a educação profissional, observadas as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, garantindo no Sistema:

I - as alternativas de frequência concomitante, integrado ou após a conclusão do ensino médio, aos alunos dos cursos Técnicos;

II - modificação do curso ofertado, tendo em vista a saturação do mercado de trabalho e a exigência da comunidade.

Capítulo V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 62 - A Educação de Jovens e de Adultos, não permanente entendida apenas como medida de caráter emergencial, contará com uma política articulada e constante até erradicar o analfabetismo no Estado e garantir o exercício da cidadania.

§ 1º - Esta modalidade educacional é obrigatória e gratuita.

§ 2º - Para a garantia de uma política constante o Poder Público Estadual e Municipal constará rubrica

em todos os orçamentos com valores suficientes para atender a demanda;

§ 3º - Será prioritária e preferencial junto aos assentamentos e acampamentos rurais, bem como junto aos conjuntos habitacionais urbanos.

§ 4º - Será garantida a matrícula, aos jovens e adultos nos estabelecimentos de ensino fundamental regular.

§ 5º - O ensino supletivo para jovens e adultos, será extinguido de forma gradativa, assim que forem atingido seus objetivos.

Art. 63 - Serão garantidos os programas complementares e ambiente adequado para estimular a permanência na escolas dos jovens e adultos, compreendendo:

I - funcionamento de cantina, equipe administrativa, pedagógica e secretaria voltada para atendimento especializado ao aluno;

II - distribuição gratuita e suficiente de livros e outros materiais didáticos pelo Poder Público, elaborado por profissionais da área da educação pública de jovens e adultos;

III - atendimento pelo programa de transporte escolar.

Art. 64 - Os conteúdos curriculares estarão centrados na prática social e na preparação para o trabalho, sendo que a metodologia de ensino-aprendizagem estarão adequados ao amadurecimento e experiência do aluno e a avaliação levará em conta os conhecimentos informais, inclusive para fins de certificação.

Título VIII

Da Educação Especial

Art. 65 - A Educação Especial, oferecida preferencialmente na rede pública regular de ensino, para portadores de necessidades especiais, será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 66 - Serão garantidos recursos financeiros para a Educação Especial, objetivando o entrosamento e intercomplementariedade dos órgãos públicos para a prestação de serviços em todas as áreas da excepcionalidade, a saber: deficiência visual e auditi-

va, mental, física não sensorial, distúrbio emocional severo, distúrbio de aprendizagem, múltiplas deficiências e superdotação, garantidos os seguintes aspectos:

a) acesso e permanência à Educação a todos os excepcionais, no âmbito de Rede Pública;

b) espaço físico, acervo bibliográfico específico, equipamento e materiais pedagógicos diferenciados;

c) recursos humanos especializados, destacando-se o professor ou pedagogo, profissionais da área médica e paramédica;

d) política de capacitação recursos humanos, visando a formação e aperfeiçoamento permanente do quadro de profissionais que atuam na Educação Especial;

e) apoio financeiro e incentivos à pesquisa e extensão na área, através do entrosamento com instituições de Ensino Superior;

f) a organização sistemática da Educação Especial prevendo a prestação dos seguintes serviços à comunidade:

I - programas permanentes de prevenção à excepcionalidade;

II - a identificação precoce da excepcionalidade real ou potencial;

III - avaliação diagnóstica objetivando definir a natureza e extensão da excepcionalidade, bem como, o encaminhamento específico;

IV - atendimento educacional através das diversas modalidades e programas de Educação Especial, destacando-se a educação precoce, pré-escolar, escolaridade, iniciação profissional, habilitação e qualificação para o trabalho;

V - será garantido no Sistema, salas com recursos para atendimento à criança portadora de distúrbios de aprendizagem.

Art. 67 - Para fins de ingresso na Educação Especial, haverá avaliação criteriosa do educando por equipe multidisciplinar, para a efetivação de acordo com as necessidades especiais diagnosticadas.

Art. 68 - Caberá aos Sistemas Municipais de Ensino garantir o acesso aos portadores de necessidades especiais à educação infantil pública e gratuita.

Art. 69 - Será triplicado o valor de recurso para os alunos portado-

res de necessidades especiais, para fins da distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Art. 70 - Será providenciado pelo Poder Público a adequação do espaço físico das escolas com remoção de barreiras arquitetônicas, salas com recursos especiais e bibliotecas com acervo adequado.

Art. 71 - Os programas de Educação Especial garantirão:

I - acesso aos recursos da comunidade para fins de transporte, atendimento médico e fisioterápico;

II - acompanhamento paralelo com os pais orientando-os para realização de um trabalho em parceria;

III - alternativas de profissionalização, junto à comunidade, para a pessoa portadora de necessidades especiais preparando-a para ocupar o espaço garantido pela legislação vigente;

IV - repasse de recursos, preferencialmente, às escolas filantrópicas ou comunitárias, em que participam de sua direção, organização e manutenção, pais de alunos com necessidades especiais.

Título IX

Da Educação Superior

Art. 72 - E Educação Superior realizar-se-á através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociável e com o objetivo de aperfeiçoamento cultural, preparação profissional, exercício da reflexão crítica, sistematização do saber e a participação na produção.

Art. 73 - Incumbirá ao Poder Público Estadual, através do Conselho Estadual de Educação e com a homologação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior.

Art. 74 - As Universidades Estaduais terão autonomia administrativa, financeira, pedagógica e didático-científica, com plano de carreira docente, com regime jurídico do seu pessoal e regimento próprio.

§ 1º - Será garantida a gestão democrática e colegiada, com participação mínima de setenta por cento de

docentes nos órgãos de deliberação, com eleição direta para reitores pela comunidade universitária, permitida a reeleição, nos termos da Resolução do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º - O ensino será gratuito, vedada a cobrança de contribuição ou taxas de qualquer natureza.

§ 3º - Os serviços, a pesquisa e a extensão universitária serão gratuitas e consideradas relevantes à sociedade e ao interesse público, vedada sua venda ou uso em benefício privado do lucro.

Art. 75 - Os cursos de graduação ofertados pelo Estado observará:

I - preferência para formação de professores para atender a demanda educacional da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica, inclusive com a criação do Normal Superior;

II - as necessidades do mercado de trabalho ou dos serviços públicos, para a substituição ou criação de cursos.

Parágrafo Único - Enquanto não for atendido o disposto no inciso I deste artigo, por avaliação criteriosa do Conselho Estadual de Educação, está vedada a criação de novos cursos de graduação.

Art. 76 - Para fins de transferência de alunos será observado:

I - para o mesmo curso ou da mesma área de conhecimento, terá preferência o aluno com melhor aproveitamento escolar, havendo empate, procederá teste seletivo, sucessivamente, entrevista e da maior idade;

II - "ex officio", conforme disposto em lei, vedada para os cargos em comissão.

§ 1º - Os Regimentos de cada instituição de educação superior, disciplinarão o funcionamento de uma comissão para os procedimentos de transferência previsto neste artigo.

§ 2º - As disciplinas que compoem as áreas ou cursos afins, previsto neste artigo, serão estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 77 - O Conselho Estadual de Educação normatizará o funcionamento das instituições de ensino superior, para a homologação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 78 - O Estado somente poderá ampliar seus investimentos na Edu-

cação Superior, após cumprido integralmente seu compromisso com as demandas com a Educação Básica.

Art. 79 - Nos cursos de formação pedagógica, de licenciatura, de engenharia, da área médica, de arquitetura e correlatas, serão incluídas nos currículos disciplinas que tratam dos portadores de necessidades especiais, como cegos, surdos e deficientes físicos, para o atendimento a estas demandas no exercício da profissão.

Título X

Dos Profissionais da Educação

Art. 80 - Para efeitos desta lei, entende-se como profissionais do ensino básico, os docentes e não-docentes que ocupem cargos ou funções diretas ou correlatas ao processo ensino-aprendizagem em unidades escolares ou em órgãos centrais e intermediários dos sistemas de ensino.

Art. 81 - Entende-se por cargos e/ou funções diretamente ligados ao processo ensino-aprendizagem, aqueles exercidos pelo profissional habilitado em cursos de modalidade Normal do nível médio ou com licenciatura plena de grau superior, com prática docente, inclusive para o Ensino Religioso.

Art. 82 - Entende-se por cargos e/ou funções correlatas ao processo ensino-aprendizagem, aqueles exercidos por profissionais do ensino básico reconhecidos como tais pela legislação de cada sistema de ensino, em virtude de habilitação profissional na área de educação ou nas áreas de:

- a) tecnologias educacionais;
- b) edificações e equipamentos escolares;
- c) nutrição escolar;
- d) saúde escolar;
- e) serviço social escolar;
- f) psicologia educacional;
- g) apoio administrativo escolar.

§ 1º - Consideram-se habilitações na área de educação, para efeitos deste artigo, as concluídas, sem formação docente em:

- a) planejamento educacional;
- b) inspeção escolar;
- c) administração educacional;
- d) supervisão educacional;
- e) orientação educacional;
- f) técnicos em programas educacionais;

g) técnicos em recursos humanos.

§ 2º - É condição para os sistemas reconhecerem as habilitações referidas no caput deste artigo, a conclusão de cursos de nível superior, médio ou fundamental, contendo:

- a) as disciplinas do núcleo comum;
- b) o conjunto das disciplinas da área pedagógica;
- c) o conjunto de disciplinas técnicas de cada habilitação;
- d) o estágio supervisionado;
- e) carga horária segundo a legislação pertinente.

§ 3º - Somente na área de apoio administrativo escolar permitir-se-á habilitação de nível fundamental.

Art. 83 - Constituem-se princípios dos Planos de Carreira dos Profissionais do Ensino Básico:

I - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia e da escola unitária e universal;

II - ingresso no ensino público, dos profissionais da educação na Rede Pública Estadual e Municipal, exclusivamente por concurso, provas e títulos, vedada contratação terceirizada ou em caráter precário por teste seletivo;

III - padrão de qualidade de ação pedagógica.

IV - gestão democrática dos sistemas de ensino básico, garantida a deliberação colegiada;

IV - valorização dos profissionais do ensino mediante:

a) piso salarial profissional unificado, aplicável ao profissional de ensino habilitado em nível médio;

b) progressão por titulação e qualificação adquiridos durante a carreira, bem como incentivos financeiros por dedicação exclusiva, tempo de serviço e localidade, independentes do grau escolar de atuação;

c) regime estatutário como regime jurídico único para os profissionais do ensino básico.

Art. 84 - Os planos de carreira assegurarão aos profissionais do ensino básico, os seguintes direitos:

I - ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos em consonância com a natureza da habilitação e dos cargos;

II - vencimento base para os profissionais do ensino básico em início de carreira nunca inferior ao Piso Profissional unificado;

III - isonomia de vencimentos em relação a cargos e funções idênticos ou assemelhados nos três Poderes do Estado e municípios;

IV - jornada de trabalho de, no máximo, quarenta horas semanais, com estímulo à dedicação exclusiva, vedada a acumulação, admitida a jornada de vinte horas;

V - garantia de hora-atividade mínima, de vinte e cinco por cento do total da jornada;

VI - pagamento de horas extraordinárias em cinquenta por cento sobre o valor normal;

VII - adicional de pelo menos vinte por cento para a jornada noturna;

VIII - progressão na carreira, conforme inciso IV, B, do artigo anterior;

IX - lotação e distribuição por critérios funcionais e técnicos com jornada preferencial em uma única escola;

X - férias anuais de, no mínimo, quarenta e cinco dias, com direito a pagamento integral da gratificação constitucional de um terço dos vencimentos;

XI - afastamento remunerado para qualificação profissional;

XII - aposentadoria especial e voluntária por tempo de serviço com proventos integrais;

XIII - livre associação sindical;

XIV - representação coletiva, pelo sindicato profissional nas negociações coletivas e na gestão democrática;

XV - data-base em primeiro de maio;

XVI - licença sindical;

XVII - de greve;

XVIII - de continuidade do aperfeiçoamento e atualização profissional.

§ 1º - Para todo profissional da educação ingresso por concurso e aprovado após o estágio probatório, garantir-se-á a efetivação automática para nova contratação no regime estatutário na mesma função.

§ 2º - A jornada mínima de vinte horas semanais e o direito a horas atividades aplicam-se aos profissionais em exercício da docência.

§ 3º - Ao profissional que cumpra a mesma função, mesmo mudando de regime jurídico, garantir-se-á as vantagens e salário que percebia anteriormente.

Art. 85 - O ingresso na carreira, conforme o disposto no artigo 4º, II, será efetivado observando-se as seguintes condições:

a) disponibilidade de cargos claramente discriminada em plano de lotação numérica, definido anualmente;

b) habilitação comprovada para o exercício do cargo;

c) limite de idade mínima de dezoito anos, observando ainda o disposto no artigo 227, § 3º, da Constituição Federal;

d) nomeação e lotação por rigorosa ordem de classificação;

e) validade de dois anos a partir da publicação dos resultados finais, podendo prorrogar uma vez, no máximo, por igual período;

f) validade de títulos para os certificados de seminários, cursos, encontros, simpósios, conferências e congressos com fins de aperfeiçoamento educacional, promovido por instituição e entidades de classe, desde que consignada a respectiva carga horária.

§ 1º - Será assegurada, para fins de acompanhamento, a participação do sindicato ou associação profissional representativa da categoria na organização dos concursos, desde a publicação do edital até a seleção e consequente nomeação dos aprovados.

§ 2º - O Sistema Estadual de Ensino, nos casos das exigências de habilitação mínima para o ingresso com licenciatura, aceitará somente as conferidas por instituições de ensino superior.

Art. 86 - As direções de unidades escolares e coordenadorias regionais de ensino constituir-se-ão funções efetivas, no âmbito das respectivas comunidades escolares e serão ocupadas por profissionais do ensino básico dos respectivos sistemas.

Art. 87 - Fica assegurada a licença remunerada para os profissionais do ensino eleitos para a direção nacional, estadual e regional de entidades sindicais, enquanto durar seus mandatos, com direito à remuneração integral na proporção de uma licença para

cada trezentos sindicalizados que a requerer.

Art. 88 - Para cumprimento do disposto nesta lei, os atuais servidores, não habilitados e lotados na área de educação, ficam absorvidos pelos sistemas em quadro suplementar até que adquiram as condições estabelecidas nos artigos 78 e 79.

Parágrafo Único - O Poder Público qualificará o professor leigo para posterior ingresso no Plano de Carreira.

Art. 89 - os portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica, deverão ter formação pedagógica mínima de novecentas horas.

Art. 90 - Todo o corpo funcional dos estabelecimentos escolares, incluindo merendeiras, secretárias, inspetores, entre outros, participarão do processo pedagógico, integrado com aprendizagem e discussão dos problemas educacionais.

Art. 91 - Os Sistemas Estadual e Municipais, garantirão a formação e terão em seus quadros Educadores de Rua, para atendimento à criança em situação de abandono, e programas de qualificação de professores para a Educação Infantil e para a Educação de Jovens e Adultos.

Título XI

Das Secretarias Estaduais

Art. 92 - A Educação Básica e o Ensino Profissional Básico e Técnico estão afetas à Secretaria de Estado da Educação, enquanto que a Educação Superior e Ensino Profissional Tecnológico à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Capítulo I

Da Secretaria Estadual de Educação

Art. 93 - A Secretaria Estadual de Educação exercerá as atribuições do Poder Público em matéria de educação básica, com funções administrativa e gerencial dos recursos humanos e financeiros, em articulação com a Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, observando as definições e diretrizes traçadas pelo Fórum Paranaense de Educação.

§ 1º - Incumbe ainda a Secretaria Estadual de Educação:

a) velar pela observância das leis federais e estaduais do ensino;

b) cumprir as decisões do Conselho Estadual de Educação, no âmbito de sua competência;

c) organizar, difundir, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com o que dispõe esta lei;

d) exercer o comando da FUNDEPAR, para investimentos em obras e edificações, com prioridade absoluta nos municípios onde houver falta de vagas para atender a demanda educacional;

e) avaliar o ensino e os estabelecimentos, observando as normas do Conselho Estadual de Educação, a fim de implementar ações que garantam padrões mínimos de qualidade do ensino e melhorias nas condições de funcionamento da escola;

f) autorizar e conferir as certificações de conclusão das diversas etapas do ensino;

g) homologar ato do Conselho Estadual de Educação nos casos de:

I - autorizar funcionamento de cursos ou escolas experimentais;

II - cassação de autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino do Sistema;

III - credenciar escola ou institutos de educação oficiais para a realização de exames de suficiência.

Capítulo II

Da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia

Art. 94 - Incumbe à secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, as funções administrativa e gerencial dos recursos humanos e financeiros da Educação Superior, o Ensino Profissional Tecnológico e da pesquisa, observadas as normas do Sistema Nacional de Educação para este nível educacional.

Parágrafo Único - Em articulação com o Conselho Estadual de Educação, esta secretaria estabelecerá as formalidades e homologará a instalação de novos cursos superiores, bem como fará a supervisão e a fiscalização das instituições de Educação Superior no Estado do Paraná.

Art. 95 - Além dos recursos orçamentários normais, a Educação Superior e Tecnológica contará com o total

dos recursos oriundos do disposto no artigo 205 da Constituição Estadual.

Título XII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 96 - O Poder Executivo Estadual instituirá o Programa Estadual de Transporte Escolar, nos termos da Lei 11.721/97, com o objetivo de transportar alunos da rede pública estadual de ensino.

Art. 97 - O Estado repassará ao Município conveniado, recursos suficientes para financiamento do Programa, sendo que caberá ao Poder Público Municipal organizar o roteiro e o transporte dos alunos, de acordo com a necessidade local.

§ 1º - Uma comissão instituída pelo Poder Executivo definirá critérios para os beneficiados e o custo/aluno do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 98 - Para atender o disposto no artigo 58, o Poder Executivo Estadual, manejará recursos orçamentários para seu perfeito atendimento em até dois anos, após a publicação da presente lei.

Art. 99 - Cinquenta por cento dos recursos repassados ao Estado do Paraná, oriundo do salário-educação, serão distribuídos aos municípios, na proporção do número de alunos matriculados em sua rede pública municipal.

Art. 100 - o Conselho Estadual de Educação, em articulação com o Tribunal de Contas do Estado, orientarão e disciplinarão os gastos com a educação.

Art. 101 - Os Sistemas Estadual e Municipais, garantirão a livre autonomia de organização aos sindicatos das categorias profissionais de educação, atuando em regime de colaboração, impedindo perseguição de caráter financeiro ou com empecilhos administrativos ou operacionais.

Art. 102 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 4.978/64 e outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Nova LDB nos impõe a obrigação de adaptar a Lei do Sistema Estadual de Ensino, que fora feita em 1964 sob o nº 4.978, às recentes regras e procedimentos educacionais.

Acreditamos na força transformadora da educação, para a melhoria da qualidade de vida e do relacionamento humano, queremos um Sistema que garanta o ensino de qualidade, público, gratuito e abundante para todos os paranaenses, nas mais diversas modalidades. A Educação no Paraná deve ser ofertada em todos os rincões, de forma organizada, sistematizada e facilitada, para tanto tem que levar em conta a falta de compromisso de muitos agentes políticos, e para tanto, ter uma forma legal de garanti-la aos paranaenses.

Várias entidades da sociedade civil organizada, as universidades e seus pesquisadores, têm acumulado dados e informações sobre a educação e em seus seminários, documentos e jornais têm feito sugestões que contribuem para a elaboração de uma boa Lei do Sistema que aponte para a universalização da educação básica, sonho de nossa militância.

No esforço de provocar o surgimento da nova lei, adaptada a nova realidade, apresentamos o Projeto de Lei do Sistema Estadual de Ensino.

A partir de um estudo profundo da Lei 9394/96, decretos e leis federais recentes, bem como pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação e do novo Plano Nacional de Educação. Também das análises feitas pela Liderança do PT no Senado e pelo educador Dermeval Saviani, numa visão crítica acerca das mudanças da educação nacional.

Perseguimos a elaboração deste, analisando a antiga lei do Sistema, a legislação estadual acerca da educação, como a do Programa Estadual do Transporte Escolar, do PARANAEDUCAÇÃO e do PROEM. Por fim, considero com relevância o acúmulo nas informações dadas pelos documentos da APP-Sindicato, do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, do Conselho Estadual de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Destaco a Constituição do Estado e a LDB, como balizadores legais do presente projeto.

Este projeto detalha a aplicação da nova LDB no Estado, papel que muitos deixariam a cargo do Conselho Es-

tadual de Educação. Contudo, o artigo 228 da Constituição Estadual, destaca o papel deliberativo, normativo e consultivo deste conselho, a ser "regulamentado por lei". Esta é a intenção deste projeto. Ele aprimora o preponderante papel do Conselho, detalhando a competência, a composição e baliza a regulamentação da nova LDB às peculiaridades e interesses da comunidade paranaense a ser constada em cada artigo da Lei do Sistema de Ensino.

Este projeto na Assembléia Legislativa provocará, certamente, um substitutivo que contenha as sugestões de mudança, num debate democrático, a fim de termos uma lei do sistema legitimada pela participação da sociedade na sua elaboração. Nisto estaremos imitando o processo histórico que teve a LDB - Substitutivo Jorge Hage - aprovada na Câmara Federal. O Parlamento no Paraná não é bicameral, espero contar com melhor sorte do que tivemos, no trâmite daquele projeto no Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 108/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procopio, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procopio, fundada em 12 de maio de 1996, desempenha atividades de apoio e orientação aos deficientes físicos, bem como busca a integração destes à comunidade.

A documentação em anexo permite constatar que a entidade cumpre aos requisitos da Lei Estadual nº 6994, de 10/01/78, possuindo condições para ser declarada de Utilidade Pública.

Esta é a intenção de nossa proposição, para a qual confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres pares nesta Casa de Leis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja anexado o Projeto de Lei nº 080/98 ao Projeto de Lei nº 92/98, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Klein, pelo falecimento do Sr. Renato Klein, no Município de Laranjeiras do Sul / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Sr. Renato Klein deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado, uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver.

O Município de Laranjeiras do Sul encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudades se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Moleta, ocorrido no dia 12 de abril do corrente ano, na Cidade de Guamiranga.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa seja enviado cópia do requerimento, na pessoa do Sr. Olicir Moleta e família, na localidade de Alto do Tigre, Guamiranga/PR - CEP 84435-000.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Rádio Educadora, do Município de Laranjeiras do Sul / PR, pela passagem de seus 30 anos de existência.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em data de 31 de março de 1998, a Rádio Educadora completou 30 anos de comunicação no Paraná. Ao longo deste período, a Rádio Educadora tem atendido as expectativas da população de toda a região. Possui profissionais capacitados, que no dia a dia apresenta informações de interesse municipal, regional, nacional e internacional.

Faz repercutir nos quatro cantos da região a confiabilidade dos ouvintes com suas mensagens de amor, respeito e principalmente notícias verdadeiras, sem esconder da população a verdade.

Hoje, temos a grata satisfação de constatar que o esforço deste veículo de comunicação valeu a pena. Os resultados são sempre surpreendentes.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem a todos os componentes da Rádio Educadora, que muito orgulha todo o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná - SINDIPAR, pela posse na nova diretoria para o triênio 1998/2001.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao Presidente eleito do SINDIPAR, José Francisco Schiavon, à Rua Augusto Stresser, 600 - Alto da Glória - CEP 80.030-340, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Desde o dia 20 de março, o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná -

SINDIPAR, está com nova diretoria, encabeçada pelo médico José Francisco Schiavon. Responsável pela representação de um importante segmento profissional e econômico, o presidente do SINDIPAR também responde pela Associação dos Hospitais do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Gilberto Giacoia, alusivos à posse no cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, ocorrida no último dia 8 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Palácio da Justiça, 6º andar - Centro Cívico - CEP 80530-512, em Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Caravele Veículos Ltda., alusivos à inauguração de nova concessionária Volkswagen em Ivaiporã/PR, no próximo dia 14 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sr. Luiz Carlos Gil, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Brasil, 615 - Centro, CEP 86870-000, em Ivaiporã / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Abrahão Camargo Jorge e Dinorá Brunetti Jorge, que completará 30 anos de união conjugal em 20/04 do corrente, celebrando "Bodas de Pérola". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e tam-

bém nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pela passagem, no próximo dia 14.04.98, de seus 119 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ivo Antonio Dalla Costa, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Miraldo de Carli, assim como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição estaremos prestando à toda população do Município de Palmas, por ocasião do transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza daquela região.

Cumprimentamos a comunidade palmense, principalmente aquele que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

Com o apoio de toda a comunidade, na certeza de dias melhores, aliados a tudo o que já foi conquistado com muita dedicação e com o respaldo de seus representantes, satisfatoriamente se tornará uma realidade para essa população que tudo faz em benefício do seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, orgulha-se em parabenizar a todos nesta magna data da comemoração dos 119 anos da emancipação política de Palmas.

REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente.

A Deputada que a presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de congratulações ao Sr. Alex Canziani, vice-Prefeito de Londrina e ex-Presidente da AVEMPAR, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente daquela entidade que congrega os vereadores do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de congratulações ao Sr. Luiz Karimata, Vereador à Câmara Municipal de Londrina e ex-Presidente da AVEMPAR, pelo recebimento do título de Sócio Benemérito no último dia 04/04/98, em solenidade realizada na Câmara Municipal de Jaguapitã, honraria concedida por essa entidade que congrega os Vereadores do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de congratulações ao Sr. Wilson Aparecido Xavier, Vereador à Câmara Municipal de Arapongas e atual Presidente da AVEMPAR, pela reeleição e posse no último dia 04/04/98, na Presidência da referida entidade em solenidade realizada na Câmara Municipal de Jaguapitã, almejando o mais amplo sucesso no desempenho da nobre missão.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos municípios do pujante Município de Tapejara, pela passagem de seu aniversário de emancipação política a ser comemorado no próximo dia 14 de abril.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Noe Caldeira Brant, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, 518), ao Vereador Abel Domingues de Souza (Rua Paranaguá, 518) - CEP 87.830-000.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de louvor ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, pela realização do Projeto Renascer. Que, da decisão, se dê ciência à Coordenadora Regional, Sra. Maria Aparecida Lopes, em Maringá, à professora Rosemari K. Gomes e aos alfabetizandos rurais João Batista de Souza, Dorival dos Santos, Tereza Bernardina Campos e Paulino de Mendonça, todos residentes em Nova Londrina, através do Núcleo Regional da Educação.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O analfabeto, embora dotado do sentido da visão, é um cego.

Desnecessário desfilar considerações a respeito da chaga do analfabetismo.

Infelizmente, o Brasil equiparase a países subdesenvolvidos na quantificação de cidadãos sem acesso à educação e o Paraná contribui com cerca de 14 por cento desse vergonhoso e triste índice, ou seja, aparecendo na planilha desse censo, com 272.000 analfabetos.

No entanto, o programa Globo Rural, veiculado pela Rede Globo de Televisão, em sua edição de domingo, 29 de março próximo passado, mostrou reportagem animadora divulgando a ação desenvolvida no Município de Nova Londrina, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Alfabetização.

Emoção à parte, longe de nos deixar dominar por sentimentos e pieguices, aquela matéria teve a virtude de nos remeter à profunda reflexão a respeito do quadro educacional brasileiro.

Uma nação que abriga dez por cento de toda a área agricultável do planeta, não pode permitir jamais que um filho seu tenha seus olhos vendados pela cortina do analfabetismo.

Como representante dessa gente, dos bóias-frias João e Dorival, da "bituqueira" - catadeira de pedaços de cana, a dona Tereza, da aposentada Onildes e do pequeno chacareiro Paulino, devemos sentir-nos responsáveis pela existência dessa mácula na sociedade brasileira e que o sucesso do projeto Renascer em Nova Londrina seja o alento que ansiamos para o desenvolvimento de ações que venham a extirpar essa gangrena e a lavar essa hedionda nódoa que nos ombreiam com nações atrasadas social e economicamente, mas que se justificam pela ausência dos recursos naturais que no Brasil, são fartos, sobejos, potenciais, enfim.

Concluo, Sra. Deputada, Srs. Deputados, meu caro Presidente, invocando jargão sempre repetido num programa dominical de humorismo em nossa televisão, quando o renomado ator Miguel Fallabela, conclama-nos: "salvem a professorinha". É preciso salvar as Rosemari Gomes que existem em cada cidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Sua Excelência Reverendíssima Dom Sérgio Arthur Braschi, pela sua nomeação como Bispo Auxiliar de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Sua Excelência Reverendíssima Dom Sérgio Arthur Braschi.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Santo Padre, o Papa João Paulo II, no dia 18 de fevereiro passado, nomeou o Cônego Sérgio Arthur Braschi, Pároco da Catedral Basílica de Curitiba, como novo Bispo Auxiliar.

O Cônego Sérgio Braschi, nasceu em Curitiba a 3 de dezembro de 1948, batizado no dia da Imaculada Conceição, na Matriz de São Francisco de Paula, por Monsenhor Boleslau Falarz e crismado por Dom Manuel da Silveira D'Elboux.

A 17 de fevereiro de 1959, ingressou no Seminário Menor de São José, de Curitiba, onde concluiu o 1º grau e cursou o segundo.

Fez o curso de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sendo seminarista do Seminário Maior dos Apóstolos de Curitiba, de 1967 a 1969.

Foi enviado à Roma, a 18 de setembro de 1969, onde foi seminarista no Pontifício Colégio Pio Brasileiro e aluno da Universidade Gregoriana de Roma, onde fez o curso teólogo, licenciando-se em teologia.

A 8 de julho de 1975 foi ordenado sacerdote por Dom Pedro Fedalto, na Igreja de São Francisco de Paula, onde havia sido batizado.

Exerceu os seguintes ministérios:

Vigário Cooperador de Santa Terezinha, 1975; Diretor de Obras das Vocações Sacerdotais, Diretor Espiritual e professor do Seminário Menor de São José (1975-1978); Reitor do Seminário São José (1975-1978); Reitor do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos (1982-1986); Presidente da OSIB (Paraná); Coordenador dos Seminaristas Maiores de Curitiba; Representante dos Reitores do Studium Theologicum; Membro do Conselho Presbiterial e Consultor Diocesano.

Aos domingos, de 1981 a 1986, foi celebrante da Missa no Canal 12 - TV Paranaense.

Em agosto de 1986, foi à Roma, onde a Pontifícia Universidade Gregoriana, fez o mestrado em eclesiologia.

Retornando a Curitiba, foi o Pároco da São Judas Tadeu, paróquia pequena e de população carente na Vila Hauer. Com seu entusiasmo, em pouco tempo, construiu o santuário de São Judas Tadeu, o Salão Paroquial e a residência. Ao mesmo tempo foi coordenador da periferia pastoral de Nossa Senhora do Carmo, e depois, coordenador da periferia sul; Membro do Conselho Presbiterial, Consultor Diocesano, Assistente Espiritual Arquidiocesano do Apostolado da Oração; Membro da Comissão de Liturgia e Canto.

Em 1997, foi nomeado Pároco da Catedral de Curitiba.

É professor de eclesiologia no Studium Theologicum de Curitiba.

Dom Sérgio Arthur Baschi, como Ministro de Cristo, continuará entre nós, para pregar religião do bem e da verdade. Por armas traz a sua fé, a fé em Cristo e o Evangelho. E nós paranaenses e curitibanos que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia, aqui estaremos, quais ovelhas a esperar o pastor que nos há de guiar através das campinas da vida, para nos levar ao redil celeste. Sua Excelência Reverendíssima é o portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs. Sua ação, tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se encontrarão sob sua jurisdição eclesiástica, auxiliando Sua Excelência Reverendíssima, Dom Pedro Fedalto, o nosso Arcebispo Metropolitano, onde terá o conselheiro seguro nos pequenos e grandes problemas, que a cada passo surgem no caminho de nossa existência.

Seja pois, bem-vindo na nova e árdua missão, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza de que se encontra entre filhos que estão ansiosos por continuar demonstrando a Vossa Excelência Reverendíssima apreço e afetuoso amor filial.

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de votos de congratulações a Dom Jerônimo Mazzarotto - Bispo Auxiliar Emérito de Curitiba, pelo transcurso do centenário de seu nascimento dia 11 de abril próximo passado.

Dom Jerônimo Mazzarotto nasceu em Santa Felicidade, Paraná, a 11 de abril de 1898, filho de Angelo Mazzarotto e Amália Gasparin Mazzarotto, imigrantes italianos vênnetos, que trouxeram ao Brasil não só o espírito do trabalho, como também o ardor da fé cristã que os fundamentava e sustentava nos inícios de uma vida nova em terras novas. Assim, Dom Jerônimo, nascido o segundo filho dessa virtuosíssima família cristã de 12 filhos; recebeu as riquezas da formação cristã e juntamente com outros 6 irmãos dedicou-se à vida religiosa: Jerônimo e Antonio (Bispos), Eugênio e Silvio

(Sacerdotes) e Angélica, Amália e Jacinta (Freiras).

Dom Jerônimo foi um dos mais preadados alunos no tempo de sua formação sacerdotal. No dia 24 de abril de 1921 foi ordenado Sacerdote na Catedral de Nossa Senhora da Luz em Curitiba, por Dom João Francisco Braga.

Devoto de Santa Terezinha, Dom Jerônimo, em 1937, recebeu com alegria a missa de construir a Igreja de Santa Terezinha, a qual foi inaugurada em 1941.

Foi Pároco da Igreja de Santa Terezinha até 1957, quando deixou essa missão para se dedicar à Fundação da Universidade Católica do Paraná, donde foi seu 1º Reitor até 1974.

Em 1957, Dom Jerônimo foi elevado à plenitude do sacerdócio como Bispo Auxiliar de Curitiba.

Foi vigário geral da Arquidiocese de Curitiba de 1954 a 1971.

Atualmente, Dom Jerônimo é Bispo resignatário da Arquidiocese.

Ao contar agora, cem anos de idade, é Dom Jerônimo Mazzarotto o mais antigo Sacerdote do Paraná e o Bispo mais idoso do Brasil. Sua piedade sólida, seu amor à Igreja e à Pátria, sua profunda formação eclesial e sacerdotal o notabilizam nesta sua longa e abençoada existência. Sua inteligência lúcida, sua força de vontade, seu espírito empreendedor dotado de uma erudita cultura teológica, filosófica e humanística, fundamentaram sua fidelidade a Deus e a Igreja, marcando no passado e marcando no presente sua vida pela honradez e pela fidelidade à palavra dada no dia de sua ordenação sacerdotal e pelos compromissos assumidos no decorrer desses abençoados cem anos de existência.

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Televisão Bandeirantes do Paraná, Canal 2, pela sua verdadeira participação e envolvimento com as questões da Grande Curitiba. Por intermédio de Programas Educativos, Informativos e com a participação de todos os segmentos da sociedade, a Band consegue abranger as principais questões relacionadas ao curitibano.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Diretor-Presidente, Sr. João Malucelli, à Rua Santa Cecília, 42, Pilarzinho - CEP 80820-070, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A Televisão Bandeirantes do Paraná, Canal 2, é hoje um meio de comunicação totalmente integrado com a Cidade de Curitiba e preocupada com os seus cidadãos. Participando ativamente das questões comunitárias, levantando assuntos de interesse público, mostrando problemas enfrentados pelas comunidades mais carentes e apoiando a busca de soluções, os programas "Grito da Cidade" e "Band, de Olho na Cidade", representam o elo entre a sociedade e os órgãos governamentais, as entidades de classe, a igreja, etc.

Além disso, a Band tem trabalhando pelo pleno exercício da cidadania, através de debates diários com todos os segmentos da sociedade no Programa "Acontece" e ainda no espaço intitulado "Faça Valer os seus Direitos", dedicado exclusivamente à defesa do consumidor.

Finalizando, outra iniciativa pioneira da Band, é com relação ao resgate e preservação da memória do povo curitibano. Exemplo disso foi demonstrado nas comemorações do último aniversário da cidade, enquanto a emissora levou ao ar um documentário sobre a efervescência cultural que marcou as décadas de 60 e 70, influenciando a música, as artes, a imprensa e a política curitibana até os dias de hoje.

Que esta homenagem se estenda ainda aos parceiros da Televisão Bandeirantes do Paraná no Projeto "Curitiba, uma Aventura Cultural". Trata-se da Cervejaria Kaiser, a qual em seus investimentos teria viabilizado a realização deste documentário. Também a Prefeitura Municipal de Curitiba, que sempre está presente, apoiando projetos de qualidade e relevância para o município.

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, à Sra.

Luciana de Andrade Ribeiro, proprietária da Futuro Marketing & Eventos, pela promoção do II Congresso Brasileiro sobre Educação Especial, realizado no período de 04 à 07 de abril de 1998, em Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Pela grande preocupação em conscientizar toda a população, principalmente professores e técnicos, sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiências, Congresso esse, em extensão nacional.

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Erika Aparecida Prestes Ferreira, residente à Rua Adalberto Andrade, 611 - Bairro Maria Antonieta, a qual solicita a colocação das manilhas em frente à sua casa. As manilhas já estão no local indicado. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas pelo telefone 368-6461 (com a filha da requerente).

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, a qual implora por uma solução para o problema de falta de segurança no trânsito aos seus filhos e alunos. Trata-se de uma avenida realmente muito movimentada e que necessita de policiamento, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos do estabelecimento de ensino. Anexo segue uma cópia da correspondência que a associação nos enviou, onde encontram-se relatadas todas as dificuldades que a mesma tem enfrentado junto aos órgãos públicos para resolver o problema de falta de segurança.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de fornecer informações ao Sr. Gervásio Mugio Merce, referentes ao uso do solo o ordenamento territorial do Lote nº 19 - Quadra 52, localizado no Conjunto Residencial Graciosa, o qual foi declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação através do Decreto 1963 de 22/12/92, visando a despoluição da área de mananciais, conforme Ofício DP/077/98 da COMEC.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Vanda Fernandes Oliveira, moradora à Rua Adir Pedroso, nº 1342, Bairro Afonso Pena, a qual solicita a conclusão na implantação de asfalto na citada rua, no trecho entre a Escola Municipal Narciso Mendes e a Marechal Hermes. Nessa rua passa ônibus e somente no referido trecho não há asfalto. Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com a requerente pelo telefone 997-8917.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de implantar um CEP e também o serviço de distribuição de correspondências domiciliares para a antiga Rua Um, hoje denominada Rua União, no Bairro Xaxim. O pedido está sendo feito pela Sra. Célia Regina Vaz, residente no nº 305 da citada rua. Informações complementares, se

necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 277-2992.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, solicitando a abertura de linha de crédito especial no valor de R\$ 200 milhões para a implantação do Programa Paraná Avícola que objetiva a recuperação da competitividade do setor no Estado.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada à Direção da Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná, situada à Rua Ébano Pereira, 60 - conjunto 1806 - CEP 80.410-902, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A AVIPAR - Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná elaborou um Programa que visa atender 42 empresas do setor avícola, com 6.000 granjas integradas e cerca de 150 minis e pequenos produtores dedicados à postura. Para tanto é preciso considerar que o Paraná é o segundo maior produtor nacional de frango, é o maior produtor de insumos para rações, além de ter forte presença no mercado internacional - com 25% das exportações brasileiras de carne de frango.

Através do Programa Paraná Avícola, o setor espera ter liberada pelo BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul uma linha de crédito especial no valor de R\$ 200 milhões, que objetiva, em síntese, a recuperação da competitividade deste setor no Estado.

Um estudo realizado pela entidade, e que serviu de base para o pedido de abertura de linha de crédito, teve como principal meta a avaliação específica do setor, de forma a propor soluções para a resolução total ou parcial dos problemas que afetam o desempenho atual, de forma a não comprometer o planejamento operacional futuro.

Para que o setor encontre condições para se expandir, o apoio desta Casa de Leis que ora propomos é de fundamental importância. Por isto,

pedimos a aprovação dos Srs. Deputados.

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Desembargador Henrique Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando o envio de uma proposta de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, visando a elevação da Comarca de Prudentópolis, do nível de Entrância Inicial para Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Justificando a pretensão do presente requerimento está o grande volume de processos de natureza cível e criminal que sobrecarregam o Juiz e o Promotor de Justiça, únicos titulares da Comarca, assim como as duas únicas Escrivanias da Comarca.

Passando a Comarca de Prudentópolis de Entrância Inicial para Intermediária, estará agilizando o atendimento à população que recorre à Justiça, diante da subsequente ampliação dos recursos humanos, operacionais e materiais.

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Fazenda e à Coordenadoria da Receita Estadual, Inspetoria Geral de Fiscalização, Inspetor Sr. Juan Rege Garcia, solicitando esclarecimentos sobre o montante do IPVA "pendente" nos municípios do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Conhecer a real situação de cada município do Sudoeste do Paraná, com referência aos valores do IPVA em atraso (pendentes).

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de

expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder pavimentação, através do Programa "Caminhos da Educação", no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Goioerê, que requer a execução dos serviços de pavimentação, através do Programa Caminhos da Educação, da estrada rural que liga Goioerê - Flor do Oeste - Limoeiro, numa extensão de 21 km.

Esta pavimentação que ora solicitamos, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (em leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuvas.

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes do Município de Esperança Nova.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Esperança Nova não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Xambrê, no Distrito de Casa Branca.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Xambrê, no Distrito de Casa Branca, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jussara, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos

visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Engenheiro Beltrão, no Distrito de Figueira.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Engenheiro Beltrão, no Distrito de Figueira, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Engenheiro Beltrão, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e den-

tro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cafezal do Sul, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Douradina, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento

psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rondon, não conta com um Ginásio de Esportes capaz de atender àquela população. A prática esportiva é sem dúvida, uma necessidade dos jovens e adolescentes, que além da saúde, auxilia no desenvolvimento psicomotor e na socialização. Algumas cidades do interior, infelizmente não contam com muitas atividades para os seus jovens, e dentro deste contexto, o anseio maior é a prática do esporte.

Diante destas condições, e preocupados em levar o bem estar à população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de Viaturas Policiais para o Município de Umuarama, sendo 02 (duas) para a Polícia Civil e 02 (duas) para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Umuarama, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo

consequentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessas viaturas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma Viatura Policial para a Polícia Civil do Município de Pérola.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Pérola, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessas viaturas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma Viatura Policial para a Polícia Militar do Município de Xambê.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Xambê, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade

para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessas viaturas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma Viatura Policial para a Polícia Civil do Município de Douradina.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Douradina, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessas viaturas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de 02 (duas) Viaturas Policiais, para o Município de Rondon, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Rondon, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessas viaturas.

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governo do Estado do Paraná para, com base no Jornal "Paraná em Transformação" - Microrregião de Irati, de responsabilidade do Governo Estadual solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. No relatório apresentado, no aludido jornal, o Governo diz que realizou, em Irati, no Setor de Infra-Estrutura de Parques, pavimentação e paisagismo, na ordem de R\$ 124.648,31. Indaga-se:

a) quais os parques que foram beneficiados, em que local?

b) quem executou os serviços? (Se empresa pública ou privada).

c) quais os serviços que foram realizados?

d) todo o serviço já encontra-se executado?

e) todo o valor apontado como custo da obra já foi pago ao executor de serviço?

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governo do Estado do Paraná para, com base no Jornal "Paraná em Transformação" - Microrregião de Irati, de responsabilidade do Governo Estadual solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. No relatório apresentado no aludido jornal, o Governo diz que realizou, em Irati, reforma em calçada, num investimento na ordem de R\$ 243.000,00 e na pista de atletismo, na ordem de R\$ 159.000,00. Indaga-se:

a) quais as ruas e bairros, com a respectiva metragem, que foram beneficiados com o calçamento?

b) qual a pista de atletismo e em que local, foram realizadas tais obras?

c) quem executou os serviços? (Se empresa pública ou privada).

d) todo o serviço já encontra-se executado?

e) todo o valor apontado com o custo da obra já foi pago ao executor de serviço?

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governo do Estado do Paraná para, com base no Jornal "Paraná em Transformação" - Microrregião de Irati, de responsabilidade do Governo Estadual solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. No relatório apresentado no aludido jornal, o Governo diz que realizou, em Irati, 42.741 m de Sistema de Esgoto, num investimento de R\$ 2.680.000,00. Indaga-se:

a) quais as ruas e bairros, com a respectiva metragem, que foram beneficiados com a rede de esgoto?

b) quem executou os serviços? (Se empresa pública ou privada).

c) todo o serviço já encontra-se executado?

d) todo o valor apontado como custo da obra já foi pago ao executor de serviço?

Sala das Sessões, em 13.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente Luiz Claudio Romanelli e demais Deputados.

Uso da tribuna para trazer aqui alguns problemas que enfrenta o Paraná.

Acho, Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB, que o Governo, através da Secretaria do Transporte e do DER, está oferecendo um curso de astrologia às margens das estradas que receberão o pedágio no nosso Estado.

Começou o périplo daqueles paranaenses que pretendiam passar a sua Páscoa juntamente com os parentes no

interior, justamente na quinta-feira. Na ida para o interior, os motoristas que tiveram a desventura de usar uma das estradas que futuramente receberá o pedágio implantado pelo Governador Jaime Lerner, teve, logo de início, 8 km e aproximadamente 5 mil carros na subida daqui para o primeiro pedágio em São Luiz do Purunã.

Com certeza, ali já demonstrou a preocupação por parte do Consórcio Rodonorte, que tem a concessão da administração deste pedágio, quando confirmou em apenas uma via, uma pista de 3 metros, todo o movimento de saída da Capital no sentido do interior. Ali, começamos a observar que muitas famílias tiveram prejudicado o seu feriado de Páscoa, da Sexta-Feira Santa, porque muitos ficaram ali, porque não conseguiram subir pelo asfalto, devido ao esquentamento dos motores dos veículos. Muitas famílias ficaram ali paradas, sem condição de continuar a viagem.

Depois, na volta, Deputado Alborghetti, se você foi para o interior, se você teve a aventura neste final de semana de ir ao interior do Estado e passar por uma das estradas onde estão sendo construídas as praças de pedágio, com certeza você viu mais outra desventura que foi a realizada entre Ponta Grossa e Curitiba.

Ontem, desde às 5:00 horas das tarde, já havia sido formado um engarrafamento de aproximadamente 20 km. Quando eram 9:00 horas, o engarrafamento do primeiro pedágio, São Luiz do Purunã até Ponta Grossa, atingia aproximadamente 65 km, estando neste engarrafamento aproximadamente 30 mil veículos, e pasmem, se tivéssemos ali a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná ou pelo menos um representante da Rodonorte para encaminhar as 4 filas de carros que se formaram, tínhamos tido sorte melhor.

Como outros, fiquei mais de 5 horas plantado no congestionamento. Congestionamento, Deputado Romaneli, que representou descaso, representou a desconsideração da Secretaria de Transportes, do DER, da Rodonorte com relação ao usuário daquela estrada.

No sentido inverso, que era Curitiba - Ponta Grossa, a cada 2 minutos - e tive a pachorra de contar, porque tive tempo - fiquei olhando as estrelas por 4, 5 horas e contando

quantos veículos vinham em sentido contrário. Dava 1 a cada 2 minutos.

Tínhamos condições práticas de reorientar o tráfego a cada meia hora, e retínhamos o tráfego no sentido Curitiba - Ponta Grossa, e teríamos solucionado o problema, Deputado Plauto, Vossa Excelência que é da região e lhe concederei aparte em seguida, teríamos resolvido o problema com menos fila e agilidade, no sentido de possibilitar o escoamento daquele tráfego.

Deputado Pessuti, sei que Vossa Excelência também esteve ali contando as estrelas e recebendo curso de graça, do governo Lerner, curso de astronomia, e espero que possamos, com esta observação, acudir a 2 feriados seguidos, que são os de 21 de abril e 1º de maio, que serão feriados prolongados, e que com a incompetência ou descaso da Rodonorte, teremos dificuldades de sobra. Foram famílias inteiras que ficaram paradas ali por 3 ou 4 horas.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Se Vossa Excelência quiser, concedo o horário da Liderança do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço a gentileza, e assim que concluir, darei o aparte ao Deputado Plauto.

Famílias inteiras ficaram ali, com crianças, sem comida, sem água, além dos prejuízos que foram provocados. Contei aproximadamente uns 50 veículos parados à margem da rodovia, além de várias colisões sucessivas de 3 ou 4 veículos, provocando engavetamentos, mostrando a preocupação que precisa ter o governo e a sociedade paranaense com relação à privatização das estradas que são colocadas à disposição dos vários consórcios.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Deputado José Maria, ouvindo o seu pronunciamento, quero dizer que como o senhor viveu e o Deputado Pessuti viveu, eu também estava lá com a minha família, com o meu filho, e o Deputado Valdir Rossoni também estava, e realmente tudo o que o senhor falou é verdade. Foi uma irresponsabilidade a maneira de interpretar e agir da empresa concessionária, que não previu

que em um final de semana prolongado, com feriado, o número de veículos que por ali passariam seria grande.

O que posso lhe dizer, é que nós Deputados que por ali passamos e defendemos e estamos apoiando este Governo, tomamos a providência, e em contato com a Diretoria Geral do DER, para que essas obras sejam feitas o mais rápido possível.

Agora no dia 21 teremos mais um feriado prolongado, e ontem, quando vinha, fiquei preso num congestionamento, fiz a volta, consegui pular a mureta da estrada, e voltei para Ponta Grossa. Lá pernoitei e retornei hoje pela manhã, e posso dizer que quando passei naquele pedágio que liga Ponta Grossa ao Sprea, a obra de mais uma pista estava sendo feita, para poder resolver esse problema, que num dia como o de ontem é um caos.

Fiz um cálculo: 15 km de fila, da praça de pedágio até Ponta Grossa. Dá para imaginar o número de famílias com crianças, que com certeza, foram passar a Páscoa com as suas famílias no interior do Estado, e na hora de retornar a Curitiba, ficaram por mais de 6 horas parados.

Não precisa ser muito inteligente para ver o resultado do que causou isso. O que digo é que já foi acionado, já foi alertado, e as obras já começaram a melhorar, naquele desvio que tem na construção das praças de pedágio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas resta uma preocupação: quais foram os critérios que o DER e a Secretaria de Transportes deste Governo se preocuparam para autorizar e homologar uma concessão a uma empresa, que tendo um feriado prolongado e já tendo anunciado o problema na quarta, quinta-feira, não se preocupou em tomar as medidas, para que no retorno fosse sanado o problema?

É de preocupar, Srs. Deputados, que esta empresa vá amanhã administrar o pedágio das nossas estradas ou parte delas. É de uma irresponsabilidade sem tamanho e de uma desconsideração sem igual para com o usuário nas estradas do Estado do Paraná.

Lamento ter que fazer este registro, mas esta foi a realidade vivida, não só no trecho administrado pela Rodonorte, mas em outros trechos. Também temos a informação de que o pro-

blema variou só de intensidade e tamanho.

Fica aqui um alerta à Assembléia Legislativa, para que quando tivermos de analisar concessões, o façamos com muito rigor, e inclusive, analisando a empresa. É um bom momento para que a Assembléia Legislativa se reúna e faça a discussão, inclusive deste pedágio.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. Valdir Rossoni - Quero concordar com Vossa Excelência em algumas posições, quanto ao engarrafamento que aconteceu ontem nessa rodovia.

Quero dizer também a Vossa Excelência, que faltou responsabilidade à Polícia Rodoviária.

Hoje pela manhã, cobrei do Diretor do DER, porque não é possível aquela situação vivida lá. Tinha um policial rodoviário no posto, tinha meia dúzia de carros quebrados. Eu estava naquela fila e queria alertá-lo para que fossem prestar socorro às famílias. E, com muita má vontade, ele me atendeu. Inclusive, quero saber quem é o policial que estava de plantão ontem, porque hoje tivemos uma conversa com o Diretor do DER. Providências serão tomadas e se não forem, faremos com que eles tomem. Porque realmente é revoltante e é uma falta de responsabilidade da Rodonorte, e inclusive da Polícia Rodoviária.

Não é possível que em um engarrafamento daquele não se tivesse meia dúzia de policiais para dar segurança, porque ficou fácil de até sermos assaltados, pelas condições em que nos encontrávamos ali. Também fiquei ali por 3 horas.

Acho importante o seu alerta. Tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner não teve o prazer de causar esse constrangimento à população paranaense. Levei ao seu conhecimento, hoje pela manhã, e ele ficou irritadíssimo com essa situação, porque existem pelo menos 10 alternativas para não causar aquelas dificuldades à população.

Pode ficar tranquilo, e tenho certeza absoluta, que até amanhã isso estará corrigido e resolvido, senão seremos mais uma voz aqui a reclamar esta situação. Porque foi irresponsabilidade da Rodonorte e também da Polícia Rodoviária.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço o vosso aparte, e fico satisfeito com as medidas, que com certeza serão tomadas, porque semanalmente uso esse trecho. Não agüento mais! Cheguei 3 e meia da manhã no meu apartamento! Para quem saiu 5 horas de Ibiaporã.

Evidentemente, concordo que o Governo Lerner e o próprio Governador não tem interesse que isso possa ocorrer no Paraná.

Gostaria de ressaltar que nos piores momento de São Paulo, quando a cidade entra em colapso, não se consegue um engarrafamento desta grandeza, sem ter que chamar a responsabilidade do Secretário de Segurança, do Secretário de Obras, do responsável pelo tráfego na Cidade de São Paulo. E no Paraná isso aconteceu, sem que nada tivesse sido feito, ontem.

Fica aqui o nosso protesto e a nossa indignação. Para quem usou as estradas do Paraná, ontem, foi um dia e uma noite de cão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, compareço à tribuna para solicitar do Deputado Valdir Rossoni e de sua assessoria, as informações referentes ao pronunciamento que fiz na Casa, na última semana, acerca dos professores lá do Município de Lobato, que me escreveram dizendo que haviam prestado concurso, feito exame médico, escolhido vagas, e que não foram contratados.

Estou aguardando também informações a respeito daquela controvérsia que existe entre a publicação do Jornal "Paraná em Transformação", distribuído na região do Vale do Ivaí por ocasião da visita do Governador, com referência a recursos liberados para as APAEs daquela região, já que os números anunciados no Jornal "Paraná em Transformação", estão longe de ser aqueles que correspondem a realidade da nossa região.

Então, gostaria que o Deputado Valdir Rossoni nos prestasse essas informações, solicitadas ainda na semana passada, desta tribuna.

O Sr. Valdir Rossoni - Tenho parte das informações, e algumas ainda estão chegando, porque foram diversos os questionamentos de Vossa Excelência. Assim que estiver com todas, farei uso da tribuna para responder Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Um segundo assunto que gostaríamos de comparecer na tarde de hoje, a exemplo do que já fez o Deputado José Maria Ferreira, é para falarmos da nossa odisséia pelos caminhos dos pedágios do Paraná.

Viajo pela Rodovia do Café há 27 anos, desde 1971, quando vim à Curitiba cursar o 2º grau no Colégio Estadual do Paraná, depois permaneci aqui cursando Medicina Veterinária na Universidade Federal. E agora, desde 1983, estamos na Assembléia, na condição de Deputado Estadual.

São praticamente duas viagens por semana na Rodovia do Café, ou nas que liga o Posto Tapira até Manoel Ribas, ou pela rodovia Palmeira, Irati, Guarapuava, Pitanga e Ivaiporã. Nunca, nesses 27 anos, aconteceu conosco o que aconteceu ontem. Uma viagem que normalmente dura 4 horas - afinal são 385 km de Ivaiporã até Curitiba - uma viagem que em dias normais dura 4 horas, e que em dias de grande movimento, como era o dia de ontem, dura no máximo 6 horas. A nossa viagem de ontem durou 11 horas e 30 minutos. Saímos de Jardim Alegre às 16:45 e chegamos em nossa residência, em Curitiba, às 4:15 horas.

Só no trecho de Ponta Grossa - Curitiba, a nossa viagem durou 7 horas. Uma viagem que normalmente dura 1 hora. Ficamos, portanto, parados no congestionamento, 6 horas. E isso causou a todos nós um transtorno. Não só a nós, mas a todas aquelas famílias que se encontravam no trecho na BR-376 e da BR-277. Transtorno que só não foi maior, na minha avaliação, porque o almoço no domingo de Páscoa, certamente foi um almoço farto, para muitas daquelas pessoas que lá estavam. Almoçaram bem, beberam bastante refrigerante, bastante suco, e não foi pior ainda, porque todos, com certeza, carregavam em seu veículo o coelhinho da Páscoa, uma caixa de bombons pelo menos. E assim, pôde mitigar a fome de algumas pessoas, principalmente as crianças que se encontravam nos veículos.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr. Romanelli, Srs. Deputados, que este fato esteja acontecendo no Paraná. Por pura irresponsabilidade ou por falta de competência do Governo do Estado. Até não diria que foi irresponsabilidade não, diria que foi até falta de competência, porque responsabilidade eles têm, afinal de contas, foram eles que concederam o serviço de construção desses pedágios. Então, eles têm responsabilidade sim! O que faltou, na minha avaliação, foi competência para administrar esse problema que era sabido que aconteceria, dado o grande fluxo de veículos, já na quinta-feira, quarta-feira à tarde, na sexta-feira durante todo o dia, para o interior do Estado do Paraná.

É lamentável que nenhuma providência tenha se adotado. Disse bem o Deputado Valdir Rossoni, a Polícia Rodoviária que tem sido muito eficiente em ocasiões de muito tráfego pelas rodovias, no dia de ontem se mostrou ausente dos seus postos de trabalho. É necessário que cobremos da Polícia Rodoviária, quais as razões, quais os motivos que não estavam ali dando segurança a todos nós, porque era escasso o número de viaturas, de policiais, assessorando ou servindo.

Agora, falta de competência maior, e aí sim, irresponsabilidade, devemos atribuir, como disse o Deputado José Maria Ferreira, a Rodonorte, que em nenhum de seus postos de pedágio permaneceu uma pessoa sequer para orientar, ou com uma pá carregadeira, para pelo menos arrancar, no dia de ontem, aqueles quebra-molas que faziam com que os veículos parassem, porque se arrancassem o quebra-molas, a velocidade de circulação duplicaria ou triplicaria, porque são 3, 4 quebra-molas em cada um daqueles postos de pedágios.

Isso acarretou um transtorno muito grande e é necessário que nós, que lá estivemos, lá encontrei o Deputado Edson Silva Lino, que a exemplo de nós, passei pela Churrascaria Pampiana às 21:05, o Deputado Edson Lino passou às 21:10 e só fomos chegar aqui em Curitiba às 4:15 da manhã. Sete horas depois. E por que isso aconteceu: primeiro porque só passava 1 veículo de cada vez por um desvio em meio a tambores, com pouca sinalização, até nem precisava muita sinalização, porque o luar estava maravilhoso. Mas com 3, 4 quebra-molas, com sonorizadores

que retardam o trânsito dos veículos, principalmente das carretas, dos ônibus, que nesses quebra-molas eles chegam a parar para ultrapassar o quebra-molas.

Então, se pelo menos a ousadia tivesse tido o pessoal da Rodonorte de vir lá com uma pá, com uma lâmina e retirar esse quebra-molas, o tráfego fluiria um pouco mais rápido, e quem sabe, ao invés de ficar 6 horas parado, porque a viagem é de uma hora, gastei 7, se ao invés, Deputado Élio Rusch, que sei, também esteve nessa maratona da madrugada, nesta odisséia dos novos caminhos, dos caminhos dos pedágios do Paraná, sei que lá esteve também, a sua esposa nos relatou. Esta odisséia que viveste no dia de ontem, mais de 13 horas de Marechal Cândido Rondon até Curitiba, dava para ir daqui à Brasília de automóvel.

Então, vejam bem! Irresponsabilidade, sim, do pessoal da Rodonorte, que nenhuma providência tomou para que isso acontecesse.

A Polícia Rodoviária, acho que faltou a ela um pouco de atenção para o fato, porque podia, naquele primeiro congestionamento, antes do Posto da Polícia Rodoviária, lá na Lagoa Dourada, em Furnas, podia nos avisar que fizéssemos o retorno, viéssemos por Palmeiras, viéssemos por Porto Amazonas e pela Lapa, que gastaríamos daí 2 horas para vir até Curitiba, e não as 7 horas que gastei e que tantas outras pessoas gastaram.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Orlando

Pessuti, que fique também registrado que, no trecho e Irati - Palmeira, de acordo com a informação que tive, também houve um atraso, não tanto quanto Vossa Excelência expõe. Esse atraso foi de 3 a 4 horas, para uma viagem de 1 hora e meia no máximo, de Irati até Curitiba, na tarde e na noite de ontem.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A falta de competência e a falta de seriedade no trato com as pessoas, fica evidente, porque o Deputado José Maria nos relata, dessa tribuna, que por volta das 5:00 horas da tarde, o congestionamento já se fazia presente. Houve tempo necessário à luz do dia para que providências pudessem ter

sido tomadas. Se metade do tráfego tivesse sido desviado, somente os carros, por Palmeira, tendo apenas o pedágio aqui em São Luiz do Purunã, diminuiríamos o problema pela metade. Se uma parte desses veículos, como muitos ônibus fizeram, principalmente os da Princesa dos Campos, que foram alertados antes e passaram a fazer a sua linha Ponta Grossa - Curitiba passando por Palmeira, gastando 2 horas e pouco. Sei disso, porque um assessor meu fez esse trajeto.

Faltou da Polícia Rodoviária um entendimento com a Rodonorte. Faltou, sim, responsabilidade nesse serviço que se presta a toda a população do Paraná, porque na realidade, a transformação que estão fazendo neste Estado, foi sentida por nós no dia de ontem. Transformaram a viagem de Jardim Alegre - Curitiba, com duração de 4 horas, em uma viagem de 11 horas. A viagem de Ponta Grossa, que é de 1 hora, transformaram em 7 horas. São essas as transformações que estamos assistindo.

E o pior, quando estiverem prontas todas essas praças de pedágio, iniciarão a cobrança, sem que se tenha feito uma terceira faixa, sem que se tenha feito a duplicação de qualquer trecho da rodovia.

Fiz a conta com o meu afilhado, que mora em Maringá, que 3 vezes por semana vem à Paranaguá, trazendo óleo vegetal com sua Scania: 79 reais e 40 centavos para vir e 79 reais e 40 centavos para voltar. Arredondando, 180 reais vezes 3, são 480 reais, vezes 4 semanas no mês, são 1.920 reais, o meu afilhado vai pagar para poder desenvolver o seu trabalho. Dinheiro que não lhe sobra, hoje, da sua tarefa árdua, que ficará nas praças de pedágio.

Temos, ao invés do que foi dito pelo Deputado Plauto Miró, que devemos apressar essas obras, temos que terminar logo essas praças de pedágio, pelo contrário, tínhamos que interromper a construção dessas praças. Deixar, de uma vez por todas, eliminada essa possibilidade de cobrança de pedágio no Paraná, porque não é o Deputado Orlando Pessuti que está dizendo isso, é a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, é a Organização das Cooperativas do Paraná, é o Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Paraná, é a Federação das Transportadoras de Cargas do Paraná, que na se-

mana passada fez um Seminário lá na sede do SETCEPAR e o Deputado Luiz Claudio Romanelli representou esta Assembléia nessa reunião. São eles que estão dizendo da penalização que vai sobrar para os usuários.

Agora, um desabafo. Muitas pessoas aqui de Curitiba dizem que o pedágio é "beleza". "Beleza" para quem usa o pedágio uma vez por mês, para ir à praia, para ir à casa de um parente no interior do Estado. Quero ver o pedágio no lombo do caminhoneiro, no lombo do transportador de carga, aí sim vai pesar, no lombo do bacana, do bem de vida, que tem os seus automóveis e que vai para o Norte do Paraná uma vez por ano, ou que vai para Foz do Iguaçu duas ou três vezes por ano, ou que vai lá para Santa Catarina, aí não pesa, aí é até bonito, aí é até gostoso você parar numa praça de pedágio: "olha, praça de pedágio iluminada! Paguei". É igual quando vamos para Guaratuba, ficamos até contentes: "puxa, andei de ferry-boat. Que maravilha!" Paguei lá 2 reais e 50, 3 reais, mas aí é uma vez na temporada, não é todo o dia. Bota o caminhoneiro em cima do ferry-boat todo o dia para ver se ele vai ficar contente.

Então, são essas coisas que nos deixam indignado, porque não tem sentido aquilo que está acontecendo no Paraná. Estão roçando à beira da estrada, limpando as canaletas, fazendo alguns tapa-buracos, e vão começar a cobrar pedágio, e infelicita a vida de milhares de pessoas que vivem no dia-a-dia, suando a camisa, suando a testa numa boléia de caminhão para ganhar o pão de cada dia, que vai ficar parado este pão de cada dia nos postos de pedágios pelo Paraná.

Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado

Pessuti, Vossa Excelência traz, com riqueza de detalhes, toda esta retórica que possui da odisséia vivida por muitos paranaenses. Mas, gostaríamos só de acrescentar, eu podia ter colocado, quando o eminente Deputado de Ponta Grossa, Plauto Miró, firmou no seu aparte que não podemos deixar o que nos pareceu ontem, e aí é que está a grande preocupação para todos os paranaenses, é que o DER e a Secretaria dos Transportes, quando firmo o termo de concessão, parece-me que ces-

sou a responsabilidade para com o usuário e as estradas do Paraná.

Esta é a grande responsabilidade e a grande preocupação que nos deixa, porque se efetivamente esse for o sentimento da administração estadual, os paranaenses terão dias sombrios, porque será muito difícil termos uma administração que possa contemplar os interesses dos paranaenses, com esse desleixo, com essa irresponsabilidade por parte do Governo.

Gostaria de dizer mais: Vossa Excelência trouxe os valores. Esse valor vai sair, não é só do caminhoneiro, vai sair do pequeno produtor, do produtor de milho, de aveia, de soja, do suinocultor, dos granjeiros, daquele que transporta o calcário e me lembra aqui o Deputado Toti Colaço, para poder melhorar a qualidade do solo das nossas terras.

Então, estamos criando um imposto que vai ser a sangria e vai ser como a derrama lançada ainda como no tempo do Império, sobre a população e a economia brasileira, que estaremos lançando sobre a população do Paraná, sem nenhum sentido, Deputado Alborghe-tti, de benefício. Porque jamais vinha cobrança de pedágio em rodovia simples, e aqui o Deputado Pessuti traz um alerta: Não está se construindo, não está se preocupando em medir o tráfego e fazer os guichês para cobranças, não está se preocupando em fazer as alternativas laterais para que possa, numa emergência, o tráfego fluir.

Esta é a preocupação que levamos, e é bom, reafirmo aqui, que esta Casa discuta a questão através da Comissão de Transporte e Obras, no sentido de que não omitamos nosso papel enquanto Parlamentares, enquanto representantes da parcela do povo do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Pessuti, na semana anterior, Vossa Excelência, dessa tribuna, lia expediente, uma carta de alguns professores que haviam feito concurso para ingresso no Magistério do Paraná, no último concurso realizado pelo Estado, cujos professores, em número de aproximadamente 800, haviam sido, inclusive, convidados para prestarem os exames necessários para as suas nomeações e respectivas posses.

Entretanto, até então, o Estado não havia nomeado e havia aquela expectativa que duraria mais um ano, já se transformava em manifestação quase desesperançosa.

Vossa Excelência concedeu-me aparte oportunidade, no dia em que esta Casa, com o voto de Vossa Excelência, já havia solicitado ao Governador do Estado, há meses atrás, para que o Governador determinasse a nomeação desses professores, já que não era um número excessivo e que o Estado tinha necessidade desses profissionais da educação.

Soube ontem, que alguns professores foram notificados para comparecerem à Secretaria, aos seus núcleos, para tomarem posse. Parece-me que o Executivo assim decidiu. Certamente não teria sido o discurso de Vossa Excelência ou as manifestações anteriores desta Casa que comoveram o Sr. Governador e que determinou a nomeação desses professores. Talvez não seja o discurso de Vossa Excelência que faça mudar muito a forma de trabalho, compromissos dessas empreiteiras, dessas concessionárias que receberam quase todas as estradas principais deste Paraná, para serem transformadas em duas pistas ou terceira via. Na transformação que Vossa Excelência falou, também espero!

Sei que o discurso de Vossa Excelência neste momento vai prestar ao Governo do Estado uma grande contribuição, porque nós da bancada situacionista não concordamos. Não concordamos que as pessoas fiquem num trecho de aproximadamente 100 km, Ponta Grossa - Curitiba, como Vossa Excelência falou e que foram milhares de paranaenses que ficaram durante 6, 7 horas, e se não houver uma palavra desta Casa, uma reação desta Casa em nome daquelas milhares de almas que estiveram lá, muitas delas ficando com seus automóveis e famílias à margem da rodovia, por falta de combustível inclusive, porque ninguém pode ter a expectativa de gastar horas e horas num trecho tão curto. Certamente agora o Governo vai chamar essas concessionárias e falar o que queremos, porque nós também da Situação, queremos estradas melhores, duplicadas, se for possível, melhoradas urgentemente, porque todos sabemos que o poder público não dispõe de recursos para o atendimento às exigências mínimas das nossas rodovias, mas todos não podemos concordar com taxas,

com custos e preços abusivos que não se conhece, inclusive nós Deputado da Situação, que voto com o Governador, que sou do seu partido, não sei. Sou muitas vezes questionado sobre esses contatos, Deputado, e não sei e não tenho respostas também.

Aplaudo Vossa Excelência. Cumprimento Vossa Excelência. Às vezes, deixando de ir à tribuna, porque podemos contribuir resolvendo um problema, dando uma contribuição qualquer, via telefonema ou no contato pessoal, mas faz bem Vossa Excelência. Devemos ir à tribuna nesses casos, porque é grave demais, e o Governador, tenho certeza, vai tomar providências para que essas coisas não se repitam, porque agora, como falou Vossa Excelência exaustivamente, quem provocou essa coisa terrível na estrada, foi a concessionária.

A expectativa que se tinha, aqueles que estavam lá, esperavam e diziam: "meu Deus do céu, deve ter acontecido um gravíssimo acidente, caminhões devem estar jogados lá, com rodas para cima, na pista, impedindo que o tráfego continue". Mas nada, foi a própria concessionária que conseguiu fazer com que a estrada de Ponta Grossa à Curitiba fosse uma fila só.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Basílio Zanusso, e concedo aparte, de imediato, ao Deputado Marquinhos Alves.

O Sr. Marquinhos Alves - Deputado Pessuti, também queremos nos somar ao seu discurso, porque chegamos agora há pouco de Maringá, mas saímos às 6 horas da manhã, para chegar agora à 3 horas da tarde. Fiquei parado entre Ponta Grossa e o trevo que dá acesso à Rua Manoel Ribas, cerca de 2 horas em cada parada. Acho que isto é uma falta de respeito por parte da concessionária, que é responsável por aquele trecho, Deputado Pessuti, porque vi ali muitas famílias olhando para o relógio, todas atrasadas com seus compromissos, e vim com minha esposa, e também via como ela ficava aflita em saber que tinha compromisso às 2 horas e não pudemos chegar a tempo.

Então, me somo ao discurso de Vossa Excelência, também sou Deputado da Situação, mas não poderia me furtar de participar do seu discurso.

E também uma ressalva. Queremos alertar numa situação. Notamos que nos

trechos onde a Rodonorte está atuando, há muitas depressões, as quais dificultam o trânsito. Os caminhoneiros tentam desviar dessas depressões, e acabam jogando o caminhão em cima dos carros de passeio. E também prejudica o automóvel, porque ali a suspensão do carro é prejudicada, a sua segurança.

Enfim, todos queremos também nos somar a Vossa Excelência, e dizer da nossa preocupação, porque já andei por todo o trecho do Anel de Integração, que está em construção, e alerto a este grande problema, somando-me também ao aparte do Deputado Basílio Zanusso.

Era essa a nossa colocação, Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Marquinhos Alves, e quero dizer ao Presidente da Sessão de hoje, Deputado Luiz Claudio Romanelli, aos Srs. Deputados, que a expectativa que pessoalmente tenho, é que o Secretário Heinz Herwig e o Diretor Geral do DER, Dr. Paulo Dalmas, pessoas em que sempre acreditei na competência e na seriedade dos seus atos, e que já demonstraram ser pessoas competentes nas funções que desempenham, ao longo, não só deste Governo, mas também nos Governos de Roberto Requião, Álvaro Dias e de José Richa, são pessoas que prestaram relevantes serviços em Governos diferentes. Que eles adotem medidas imediatas, porque a grande preocupação que temos hoje, é aquilo que disse o Deputado José Maria: a concessão foi feita, mas quem fiscaliza a empresa concessionária?

É a mesma coisa quando estiver cobrando pedágio: quem vai fiscalizar para saber quanto arrecadaram? Se aquele dinheiro que arrecadaram já não é suficiente para fazer isso ou aquilo?

Porque se for apenas e tão somente para fazer tapa buracos, roçar beira de estrada, faça aquilo que têm dito muitas pessoas e dentre elas o Senador Requião: "faça um pedágio temporário, e o próprio Estado cobre esse pedágio e reverta esse dinheiro em benefício da própria rodovia".

Agora, o que estamos vendo acontecer? Seria a mesma coisa, o Deputado Cezar Silvestri construir uma casa com seu dinheiro e depois eu ser permitido usar essa casa dele, ser o responsável pelo gerenciamento dessa casa, e cobrar aluguel dele pelo uso da casa,

mas só que ele vai pagar agora, com a perspectiva de morar nessa casa que ele construiu daqui a 10, 12 anos, porque iremos pagar pedágio e aguardar durante 10, 12, 20 anos, para quem sabe essa empresa que está coletando dinheiro dia e noite, na plataforma de pedágio, que ela venha construir com o nosso dinheiro a duplicação, vamos pagar por um serviço que não temos. A pessoa vai andar pela estrada 10 anos pagando pedágio, aí morre, pagou para poder um dia andar numa rodovia duplicada, e não vai ter a rodovia duplicada. É um contra-senso, é um absurdo isso.

E espero também que o Estado, vou conversar daqui a pouco, por telefone, por ofício ou por fax, com o Dr. Heinz e com o Dr. Dalmas, conversar com os dois, porque o Estado também tem as suas rodovias estaduais que estão carecendo de obras, pelo menos de tapa buracos, a Rodovia Manoel Ribas, Cândido de Abreu, reserva, Caetano Mendes, Posto Paripá, estão muitíssimo danificadas, principalmente depois que houve a queda de barreira na Serra da Esperança e todo o tráfego pesado foi desviado para esta rodovia.

A rodovia que liga Placa Luar, no Município de Jardim Alegre, Lunardeli, São João do Ivaí, até Fênix encontram-se também esburacadas em muitos dos seus trechos, e a rodovia, o Deputado Edson Silva Lino deve ter visto isso, talvez não ontem, porque não veio por lá, veio por Reserva, disse-me ele.

Mas, a rodovia que liga Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Cruz Maltina, Faxinal e Mauá, principalmente no trecho de Faxinal à Mauá, ontem, 4 veículos no acostamento com os seus rodados erguidos, macaqueados, porque tinham estourado o pneu ou entortado a roda e esvaziado o pneu sem câmara. Por quê? Porque têm lá, pelo menos, umas 50 crateras, umas maiores, outras menores, que podem ser resolvidas em meio dia de serviço, com um caminhão com piche lá em cima, com um pré-misturado a frio, tampando essas "crateras".

Então, Sr. Presidente, quero fazer esse apelo para que o Secretário Heinz possa vir aqui, como sugeriu o Deputado José Maria Ferreira, vir aqui conversar conosco sobre esses contratos de concessão, trazer a conhecimento da Assembléia qual é o teor inteiro desses contratos de concessão. Porque

não conhecemos esses contratos para até cobrar dessas empresas concessionárias a responsabilidade que cada um tem.

Agora, não pode, também, Deputado Luiz Claudio Romanelli, essa história toda que estamos denunciando hoje, transformar-se naquela velha história do bode russo, que é mais ou menos assim: duas famílias moravam numa mesma casa, e num belo dia não se sentiam mais confortáveis, morando as duas famílias na mesma casa. Aí, o governante russo veio lá para resolver o problema. Colocou um bode lá dentro da casa. É evidente que uma semana depois, o bode cheirando, como cheira, dentro da casa, as famílias não se sentiam mais confortáveis e pediram: "olha, o senhor tira, pelo menos o bode daqui de dentro da casa, que a gente continua morando as duas famílias juntas, e vamos nos entender".

Então, que não venham com essa história do bode russo, dizer agora: "olha, para resolver o problema, ao invés e uma via, de um desvio, vamos fazer pista dupla no desvio. Ao invés de acabarmos com o pedágio, ao invés de largarmos mão dessa história de pedágio, vamos fazer mais casinhas para o povo passar mais rápido e mais rápido deixar o dinheiro lá, para que essas empresas arrecadem milhares e milhares de recursos e não ofereçam recursos para nós".

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma verdadeira odisséia nos novos caminhos do pedágio do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa registra, com profunda satisfação, Srs. Deputados, o nascimento, na última quarta-feira, da pequena Eloísa, primeira filha do nosso companheiro e colega, Deputado Emerson Nerone.

Encerrado o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSN, PPB, PDT, PT, PMDB, PFL, Liderança do Governo.

(Todas declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Péricles Mello, Dr. Rosinha, Irineu Colombo e Angelo Vanhoni, constante do expedien-

te, comunicando que o Sr. Deputado Irineu Colombo será o novo Líder da Bancada do PT. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola do Instituto de Previdência do Estado, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 04, de 02.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola do Instituto de Previdência do Estado, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Auxílio à Vida São Gabriel, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 04, de 02.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro de Auxílio à Vida São Gabriel, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e arredores, com sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 18, de 23.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 057/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e arredores, com

sede e foro no Município de Santa Te-
reza do Oeste / PR.

Chamada esta Comissão a se mani-
festar com relação à legalidade e
constitucionalidade da matéria, nada
encontramos que possa impedir sua nor-
mal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é fa-
vorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei
nº 060/98, de autoria do Deputado Ani-
bal Khury, que declara de Utilidade
Pública a Igreja Evangélica Pentecos-
tal Povo Unido, com sede e foro nesta
Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA
C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A.
nº 18, de 23.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 060/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de
autoria do Deputado Anibal Khury, tem
por objetivo declarar de Utilidade
Pública a Igreja Evangélica Pentecos-
tal Povo Unido, com sede e foro nesta
Capital.

Chamada esta Comissão a se mani-
festar com relação à legalidade e
constitucionalidade da matéria, nada
encontramos que possa impedir sua nor-
mal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é fa-
vorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei
nº 068/98, de autoria do Deputado An-
tonio Annibelli, que declara de Utili-
dade Pública a Associação Clevelanden-
se de Idosos, com sede e foro na Co-
marca de Clevelândia. COM PARECER
FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ.
no D.A. nº 24, de 26.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 068/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de
autoria do Deputado Antonio Annibelli,
tem por objetivo declarar de Utilidade
Pública a Associação Clevelandense de
Idosos, com sede e foro na Comarca de
Clevelândia.

Chamada esta Comissão a se mani-
festar, nada encontramos que possa
impedir sua normal tramitação por esta
Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é fa-
vorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução
nº 033/97, de autoria do Deputado Duí-
lio Genari, que autoriza a realização
de plebiscito na área adiante descri-
ta, para que a população decida sobre
a criação do Município de Ferraria,
desmembrado do Município de Campo Lar-
go. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A.
nº 227, de 15.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/97

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução,
de autoria do Deputado Duílio Genari,
tem por objetivo autorizar a realiza-
ção de plebiscito na área adiante des-
crita, para que a população decida
sobre a criação do Município de Ferra-
ria, desmembrado do Município de Campo
Largo.

Chamada esta Comissão a se mani-
festar com relação à legalidade e
constitucionalidade, nada encontramos
que possa impedir sua normal trami-
tação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é fa-
vorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Gostaria de fazer um pedido a
Vossa Excelência, para que fosse reti-
rado este projeto por 3 ou 5 Sessões,
até porque não está presente o Deputa-
do Duílio Genari, e gostaríamos de
discutir com o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Roma-
nelli) - Deputado Valdir Rosso-
ni, este projeto já foi retirado por 3
Sessões e eu consultaria Vossa Exce-
lência se seria possível que votásse-
mos em 1ª Discussão, e depois a Mesa
sobrestaria o prosseguimento deste
projeto, ate que houvesse um consenso.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Quero parabenizar o Líder do Governo, porque este é um projeto de criação de município, e no momento a lei federal proíbe a criação de novos municípios, extinguiu esta possibilidade, até uma regulamentação posterior.

Acho que a população de Campo Largo, Sr. Presidente, se tomarmos o encaminhamento que Vossa Excelência propôs, pode ficar revoltada com a Assembléia Legislativa, porque na verdade, hoje votamos a constitucionalidade deste projeto que é absolutamente inconstitucional.

O Regimento Interno se omite no ponto da possibilidade de retirada pela segunda vez de algum projeto. Portanto, gostaria de pedir a Vossa Excelência que acatasse a sugestão do Líder do Governo, e acho que a população de Campo Largo, como um todo, e principalmente a população que conhece a criação de uma área de manancial como é o município todo, esta proposta do Município de Ferraria, se torna um ponto perigoso para votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Deputado Emerson Nerone, o Líder Valdir Rossoni concordou com a votação da constitucionalidade do projeto, e de fato, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente pela constitucionalidade.

Gostaria que votássemos em 1ª Discussão, aprovássemos em 1ª Discussão e a Mesa retira o projeto, até que haja um consenso entre as Lideranças.

O SR. EMERSON NERONE - A Comissão opinou pela constitucionalidade. A Comissão soberana sobre o Projeto é do Plenário da Assembléia Legislativa. O Plenário é que fala sobre a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Está em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro Chamada Nominal, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, declino do pedido de Chamada Nominal, tendo em vista que temos mais de 28 Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Vamos proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Oito Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho que se faz necessário da parte desta Presidência esclarecer ao Plenário, para que possamos proceder a Verificação de Votação.

Estamos votando neste momento, em 1ª Discussão, o Projeto de Resolução nº 033/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que prevê a realização de plebiscito na comunidade de Ferraria, com vistas à criação deste município.

É isto que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Exatamente isto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Gostaria que ficasse claro ao Plenário, que somos plenamente favoráveis à realização do plebiscito. Não vejo nenhum confronto constitucional, até porque isso será dirimido dessa dúvida, por ocasião da tramitação desse processo no Tribunal Regional Eleitoral.

A Assembléia Legislativa tem aqui a manifestação de uma vontade política de criar ou não um município, de autorizar ou não um plebiscito.

Pessoalmente, embora não sejamos os autores deste projeto, mas conhecendo o anseio da comunidade de Ferraria, estamos recomendando à nossa Bancada e aos Srs. deputados que votem favoráveis à realização do plebiscito, para que aquela comunidade decida se quer ou não se transformar em município.

A questão constitucional, se é oportuna ou não, é o TRE que vai decidir se marca o plebiscito este ano ou no ano que vem.

Por isso, apelo aos Srs. Deputados que votem favoráveis à realização do plebiscito na comunidade de Ferraria. E peço aos Deputados do PMDB, das demais comunidades, que assim ajam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - A Mesa não anunciou o resultado. A Mesa foi interrompida no processo de contagem dos votos, pelo Líder do PMDB.

Solicitaria aos Srs. Deputados que rejeitam o projeto, que se levantassem.

Vinte Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Gostaria que Vossa Excelência registrasse todos os votos da Bancada do PMDB, solidários ao projeto do Deputado Duílio Genari.

O SR. RICARDO CHAB - Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável à criação do novo município e do Deputado, que está aqui ao meu lado, Cezar Silvestri, também.

O SR. CARLOS SIMÕES - Como sou da Região Metropolitana, atuo politicamente na região, acho que Ferraria, como Guaraituba, são pólos importantes de população e indústrias, e que deveriam ser criados os municípios, até porque Campo Largo, agora, recebe uma gama de indústrias muito grande, mas é para a região de lá. A expressão mais simples é: para lá, tudo; e para cá, nada.

Gostaria, dos Deputados que votaram contra, que quando tivéssemos aqui outros municípios, qualquer que seja o Deputado, que tivessem a coragem para manter postura: coragem!

Tem Deputado que apresentou projetos e nunca ninguém se insurgiu contra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Sobre a mesa, Requerimento nº 481, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 486 e 487, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 489 e 499, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 490 e 491, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 492 a 497, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 502, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 504 e 529, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 505, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 506, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 507, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 508 a 511, 516 a 524 e 527, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 512 a 514, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 525, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 528, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 531, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 532, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 534 a 536, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 537, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Pastor Isaias Guedes, da Assembléia de Deus de Ivai-porã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - Devidamente registrada.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão,

marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 464/97, 023, 026, 034, 057, 060 e 068/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 095 e 096/98.

Levanta-se a sessão.